ITR
Informações Trimestrais

Companhia: NEOENERGIA S.A
Data Entrega:
Tipo Apresentação: Reapresentação Espontânea
Versão: 2

Powered by MZiQ

Índice

Dados Cadastrais

Dados Gerais

Endereço

Valores Mobiliários

Auditor

Escriturador de ações

DRI ou pessoa equiparada

Departamento de Acionistas

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demostração do fluxo de Caixa

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demostração do fluxo de Caixa

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial %R%

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DADOS GERAIS	
Nome Empresarial:	NEOENERGIA S.A
Nome Empresarial Anterior:	GUARANIANA S.A.
CNPJ:	01.083.200/0001-18
Código CVM:	01553-9
Data de Reg. na CVM:	08/05/1996
Data de Início da Situação do Registro na CVM:	08/05/1996
País em que os Val. Mobiliários estão Custodiados:	Brasil
Última Alteração do Nome Empresarial:	13/10/2004
Situação do Registro na CVM:	Ativo
Data De Constituição:	14/02/1996
País de Origem:	Brasil
Página do Emissor na Rede Mundial de Computadores:	www.neoenergia.com

TIPO DE REGISTRO	
Tipo de Participante:	Companhia Aberta
Categoria de Registro na CVM:	Categoria A
Situação Do Emissor:	Fase Operacional
Espécie de Controle Acionário:	Privado
Data Última Alteração do Exercício Social:	
Data de Registro na Atual Categoria:	01/01/2010
Data de Início da Situação:	31/03/2001
Data da Última Alteração do controle acionário:	
Encerramento do Exercício Social:	Dia: 31 Mês: 12

SETOR	
Setor de Atividade:	Emp. Adm. Part. - Energia Elétrica
Descrição da Atividade:	Participação em outras sociedades

CANAIS DE DIVULGAÇÃO	
Nome do Canal	UF do canal
Valor Econômico	RJ
Valor Econômico	RJ

Powered by MZiQ

MOTIVOS DA REAPRESENTAÇÃO

Motivo	Versão
Confirmação de dados para envio da 1º versão de 2011 do Formulário de Referência	3

ENDEREÇO DA SEDE			
Logradouro:	Praia do Flamengo, 78	Complemento:	4º andar
Bairro:	Flamengo	CEP:	22210-030
País:	Brasil	UF:	RJ
Município:	Rio de Janeiro		
DDD:	21	Telefone:	3235-9800
DDD:	21	FAX:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA			
Logradouro:	Praia do Flamengo, 78	Complemento:	4º andar
Bairro:	Flamengo	CEP:	22210-030
País:	Brasil	UF:	RJ
Município:	Rio de Janeiro		
DDD:	21	Telefone:	3235-9800
DDD:	21	FAX:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

AUDITOR

Nome / Razão Social Auditor:
Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S

CPF / CNPJ:	61.366.936/0001-25	Código CVM:	00471-5	Tipo:	Juridica

Responsável Técnico			
Início contratação serviço:	10/02/2011	Fim contratação serviço:	
Nome:	Paulo José Machado	CPF/CNPJ:	014.319.648-08
Início:	10/02/2011	Fim:	

ESCRITURADOR DE AÇÕES			
UF	Município	Telefone	
RJ	Rio de Janeiro	(21) 3808-3715	
Nome:	Banco do Brasil S.A	CNPJ:	00.000.000/0001-91
Data Inicial:	23/11/2001	Data final:	
Rio de Janeiro			
Logradouro:	Rua Lélio Gama, 105		
Complemento:	26º andar	Bairro:	Centro
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	20031-080
DDD:	21	Telefone:	3808-3715
DDD:	21	Fax:	3808-3466
Email:	cqualificada@bb.com.br		

DRI OU PESSOA EQUIPARADA

Nome	Tipo
Erik da Costa Breyer	Diretor de Relações com Investidores

Nome:	Erik da Costa Breyer	CPF/CNPJ:	955.093.217-68
Data Inicial:	29/04/2004	Data final:	

Endereço para Correspondência

Logradouro:	Praia do Flamengo, 78		
Complemento:	4º andar	Bairro:	Flamengo
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	22210-030
DDD:	21	Telefone:	3235-9824
DDD:	21	Fax:	3235-9876
Email:	ebreyer@neoenergia.com		

DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

Contato	Data Inicial	Data Final
Vanessa Vollet Azevedo	01/05/2010	

Rio de Janeiro

Logradouro:	Praia do Flamengo, 78		
Complemento:	2º andar	Bairro:	Flamengo
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	22210-030
DDD:	21	Telefone:	3235-9825
DDD:	21	Fax:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL	
Número de Ações (Unidade)	30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.850.636
Preferenciais	0
Total	5.850.636
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DADOS DA EMPRESA / PROVENTOS EM DINHEIRO

Provento			
Dividendo			
Evento:	Assembléia Geral Ordinária	Aprovação:	29/04/2011
Início Pagamento:	18/05/2011	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.07083
Juros sobre Capital Próprio			
Evento:	Reunião do Conselho de Administração	Aprovação:	30/06/2011
Início Pagamento:	10/08/2011	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.02256

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	30/06/2011	31/12/2010
1	Ativo Total	1.077.221	1.061.117
1.01	Ativo Circulante	2.812.769	3.066.029
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.536.585	2.799.730
1.01.02	Aplicações Financeiras	162.568	154.050
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	162.568	154.050
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	162.568	154.050
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda		
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento		
1.01.03	Contas a Receber	62	
1.01.03.01	Clientes	62	
1.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.01.04	Estoques		
1.01.05	Ativos Biológicos		
1.01.06	Tributos a Recuperar	113.225	111.921
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	113.225	111.921
1.01.07	Despesas Antecipadas		
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	329	328
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.01.08.03	Outros		
1.02	Ativo Não Circulante	7.959.449	7.545.145
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	531.296	380.095
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo		
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação		
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda		
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento		

1.02.01.03	Contas a Receber		
1.02.01.03.01	Clientes		
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.02.01.04	Estoques		
1.02.01.05	Ativos Biológicos		
1.02.01.06	Tributos Diferidos	28.137	27.144
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	28.137	27.144
1.02.01.07	Despesas Antecipadas		
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	394.706	249.864
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas		
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	342.734	89.307
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores		
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	51.972	160.557
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	108.453	103.087
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.02.01.09.03	Ativo indenizável (concessão)		
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a recuperar		
1.02.01.09.05	Coligadas e controladas		
1.02.01.09.06	Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora		
1.02.01.09.07	Depósitos Judiciais	93.333	90.457
1.02.01.09.08	Despesas pagas antecipadamente		
1.02.01.09.09	Superávit atuarial		
1.02.01.09.10	Dividendos a receber		
1.02.01.09.11	Fundos vinculados		
1.02.01.09.12	Outros ativos não circulante	15.120	12.630
1.02.02	Investimentos	7.343.171	7.079.849
1.02.02.01	Participações Societárias	7.343.171	7.079.849
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas		
1.02.02.01.02	Participações em Controladas		

1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto		
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	7.343.171	7.079.849
1.02.02.02	Propriedades para Investimento		
1.02.03	Imobilizado	27.633	27.283
1.02.03.01	Imobilizado em Operação		
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado		
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento		
1.02.04	Intangível	57.349	57.918
1.02.04.01	Intangíveis		
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão		
1.02.05	Diferido		

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	30/06/2011	31/12/2010
2	Passivo Total	1.077.221	1.061.117
2.01	Passivo Circulante	224.017	199.166
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	216	56
2.01.01.01	Obrigações Sociais		
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	216	56
2.01.02	Fornecedores	1.260	1.455
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.260	1.455
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros		
2.01.03	Obrigações Fiscais	99.743	97.505
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	99.743	97.505
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	99.743	97.505
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais		
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais		
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	144	86
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	144	86
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	144	86
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.01.04.02	Debêntures		
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.01.05	Outras Obrigações	122.654	100.064
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	89	
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas		
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas		
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores		
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	89	
2.01.05.02	Outros	122.565	100.064
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	122.553	100.055
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar		

2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		
2.01.05.02.04	Outros passivos Circulantes	12	9
2.01.06	Provisões		
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais		
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis		
2.01.06.02	Outras Provisões		
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias		
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02	Passivo Não Circulante	3.881	4.159
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.437	3.494
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.437	3.494
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.437	3.494
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.02.01.02	Debêntures		
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.02.02	Outras Obrigações		171
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas		
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas		
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas		
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores		
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.02.02.02	Outros		171
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		

2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		171
2.02.03	Tributos Diferidos		
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		
2.02.04	Provisões	444	494
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais		
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis		
2.02.04.02	Outras Provisões	444	494
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias		
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.02.04.02.04	Provisão para contingências	444	494
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar		
2.02.06.01	Lucros a Apropriar		
2.02.06.02	Receitas a Apropriar		
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar		
2.03	Patrimônio Líquido	1.054.432	1.040.784
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações		
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação		
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição		
2.03.02.04	Opções Outorgadas		
2.03.02.05	Ações em Tesouraria		
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.288	2.288

2.03.03	Reservas de Reavaliação		
2.03.04	Reservas de Lucros	5.230.982	5.645.390
2.03.04.01	Reserva Legal	5.230.982	5.230.982
2.03.04.02	Reserva Estatutária		
2.03.04.03	Reserva para Contingências		
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar		
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros		
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos		
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais		
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto		414.408
2.03.04.09	Ações em Tesouraria		
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	527.667	
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão		
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	44.358	21.146
2	Passivo Total	2.052.832	1.960.308
2.01	Passivo Circulante	2.806.268	2.919.551
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	77.467	69.853
2.01.01.01	Obrigações Sociais		
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	77.467	69.853
2.01.02	Fornecedores	685.508	759.320
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	685.508	759.320
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros		
2.01.03	Obrigações Fiscais	435.577	392.093
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	435.577	392.093
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	435.577	392.093
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais		
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais		
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.025.290	1.154.887
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	552.894	545.324

2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	500.920	494.735
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	51.974	50.589
2.01.04.02	Debêntures	472.396	609.563
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.01.05	Outras Obrigações	541.438	516.129
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas		
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas		
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores		
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.01.05.02	Outros	541.438	516.129
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	135.062	120.787
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar		
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		
2.01.05.02.04	Outros passivos circulantes	213.768	228.285
2.01.05.02.05	Obrigações de benefícios/contr.definidos pós-emprego	13.607	14.355
2.01.05.02.06	Taxas regulamentares	179.001	152.702
2.01.06	Provisões	40.988	27.269
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais		
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis		
2.01.06.02	Outras Provisões		
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias		
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02	Passivo Não Circulante	6.317.745	5.414.043

2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.513.698	4.612.268
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.056.136	3.490.632
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.798.520	3.235.934
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	257.616	254.698
2.02.01.02	Debêntures	1.457.562	1.121.636
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.02.02	Outras Obrigações	444.643	437.814
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas		
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas		
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores		
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.02.02.02	Outros	444.643	437.814
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.02.02.02.03	Fornecedores	13.106	12.722
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	88.442	87.845
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições a recolher	11.969	11.791
2.02.02.02.06	Obrigações e benefícios/contr. definidos pós-emprego	292.553	292.984
2.02.02.02.07	Coligadas e controladas		2.091
2.02.02.02.08	Recursos destinados a aumento de capital		1.696
2.02.02.02.09	Outras passivos não circulantes	38.573	28.685
2.02.03	Tributos Diferidos	179.855	184.456
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	179.855	184.456
2.02.04	Provisões	179.549	179.505
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais		
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis		
2.02.04.02	Outras Provisões		

2.02.04.02.01	Provisões para Garantias		
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar		
2.02.06.01	Lucros a Apropriar		
2.02.06.02	Receitas a Apropriar		
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar		
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.140.431	1.126.949
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações		
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação		
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição		
2.03.02.04	Opções Outorgadas		
2.03.02.05	Ações em Tesouraria		
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.03.03	Reservas de Reavaliação		
2.03.04	Reservas de Lucros	5.230.982	5.645.390
2.03.04.01	Reserva Legal	416.101	416.101
2.03.04.02	Reserva Estatutária		
2.03.04.03	Reserva para Contingências		
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar		
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.814.881	4.814.881
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos		
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais		
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto		414.408
2.03.04.09	Ações em Tesouraria		

2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	527.667	
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão		
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	44.358	21.146
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	859.996	861.643

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/04/2011 à 30/06/2011	01/01/2011 à 30/06/2011	01/04/2010 à 30/06/2010	01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	367	1.327		106
3.01.01	Receita bruta	367	1.327		159
3.01.06	(-) deduções da Receita bruta				-53
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos				
3.03	Resultado Bruto	367	1.327		106
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	360.476	647.533	411.279	820.486
3.04.01	Despesas com Vendas				
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.785	-10.949	-2.230	-7.489
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-23.895	-49.703	-25.482	-50.964
3.04.03.01	Amortização de ágio	-23.895	-49.703	-25.482	-50.964
3.04.04	Outras Receitas Operacionais				
3.04.05	Outras Despesas Operacionais				
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	391.156	708.185	438.991	878.939
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	360.843	648.860	411.279	820.592
3.06	Resultado Financeiro	73.102	145.983	32.454	70.448
3.06.01	Receitas Financeiras	81.440	162.304	54.679	97.464
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.338	-16.321	-22.225	-27.016
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	433.945	794.843	443.733	891.040
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.443	824	2.256	-2.123
3.08.01	Corrente	942	-154		-5.588
3.08.02	Diferido	501	978	2.256	3.465
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	435.388	795.667	445.989	888.917
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas				
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas				
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas				
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	435.388	795.667	445.989	888.917
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0	0	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/04/2011 à 30/06/2011	01/01/2011 à 30/06/2011	01/04/2010 à 30/06/2010	01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido do Período				
4.02	Outros Resultados Abrangentes				
4.03	Resultado Abrangente do Período				

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2011 à 30/06/2011	01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	607.060	868.403
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	138.054	64.142
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	794.843	891.040
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-708.185	-878.938
6.01.01.03	Depreciação e amortização	1.692	1.054
6.01.01.04	Amortização de ágio líquida	49.703	50.963
6.01.01.05	Encargos de dividas e atualizações monetária e cambiais		-3.231
6.01.01.06	Outras receitas e despesas financeiras líquidas	1	-211
6.01.01.07	Valor residual do ativo intangível baixado		
6.01.01.08	Impostos e contribuições correntes		3.465
6.01.01.09	Provisão para plano de benefício pós emprego		
6.01.01.10	Provisão (reversão para contingências cíveis e trabalhistas		
6.01.01.11	Provisão para crédito de liquidação duvidosa		
6.01.01.12	Outras Provisões		
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	469.006	804.261
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-62	-1.680
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais a recupear	-1.304	20.451
6.01.02.04	Recebimento de dividendos	471.433	877.886
6.01.02.05	Benefício fiscal ágio incorporado		
6.01.02.06	Fundos vinculados		-2.188
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-2.876	-77.316
6.01.02.08	Despesas pagas antecipadamente		
6.01.02.09	Coligadas e controladas	2.383	-19.113
6.01.02.11	Outros ativos	-2.489	-10
6.01.02.12	Fornecedores	-93	-328
6.01.02.13	Salários e envargos a pagar	160	11
6.01.02.14	Encargos de dívidas swap		

6.01.02.15	Taxas regulamentares		
6.01.02.16	Obrigações de benefícios/contribuições definidos pós emprego		
6.01.02.17	Impostos e contribuições sociais a recolher	2.069	6.548
6.01.02.19	Indenizações contingências pagas	-50	
6.01.02.20	Outros passivos	-165	
6.01.03	Outros		
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-233.800	-5.687
6.02.01	Integralização de capital		-3.200
6.02.02	Aquisição de investimentos	-223.813	
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-1.469	-2.487
6.02.04	Aquisição de intangível		
6.02.05	Títulos e valores mobiliários	-8.518	
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-636.405	-382.885
6.03.01	Adiantamento para futuro aumento de capital		-72.264
6.03.02	Capitação de empréstimos e finaciamentos		-6.829
6.03.03	Captação de debêntures		
6.03.04	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos		
6.03.05	Amortização do principal de debêntures		
6.03.06	Coligadas e controladas		10.155
6.03.07	Obrigações vinculadas		
6.03.08	Pagamento de dividendos e juros s/ capital próprio	-636.405	-313.947
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes		
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-263.145	479.831
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.799.730	1.861.202
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.536.585	2.341.033

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2010 à 30/06/2010

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	4.400.740	0	-4.324	9.137.729
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	4.400.740	0	-4.324	9.137.729
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-103.200	-194.134	0	-297.334
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos	0	0	-103.200	0	0	-103.200
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-194.134	0	-194.134
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	888.917	12.640	901.557
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	888.917	0	888.917
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	12.640	12.640
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						

5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	4.297.540	694.783	8.316	9.741.952

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2011 à 30/06/2011	01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	-2.172	335
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.327	159
7.01.02	Outras Receitas	-3.499	176
7.01.02.01	Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	-3.499	176
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa		
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.214	-4.836
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.214	-4.836
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros		
7.03	Valor Adicionado Bruto	-4.386	-4.501
7.04	Retenções	-51.394	-49.578
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-51.394	-49.578
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-55.780	-54.079
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	870.490	976.402
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	708.185	878.938
7.06.02	Receitas Financeiras	162.305	97.464
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	814.710	922.323
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	814.710	922.323
7.08.01	Pessoal	2.832	3.872
7.08.01.01	Remuneração Direta	-21	113
7.08.01.02	Benefícios		
7.08.01.03	F.G.T.S.		
7.08.01.04	Outros	2.853	3.759

7.08.01.04.01	Encargos sociais (exceto INSS)	115	
7.08.01.04.02	Entidades de Previdência privada	112	4
7.08.01.04.03	Auxílio alimentação	5	
7.08.01.04.04	Convênio assistencial e outros benefícios	2	4
7.08.01.04.05	Provisão para férias e 13 salário	13	47
7.08.01.04.06	Plano de saúde	37	3
7.08.01.04.07	Indenização trabalhista		42
7.08.01.04.08	Administradores	2.297	3.657
7.08.01.04.09	Outros	272	2
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-250	2.176
7.08.02.01	Federais	-250	2.176
7.08.02.02	Estaduais		
7.08.02.03	Municipais		
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16.461	27.358
7.08.03.01	Juros	16.321	27.015
7.08.03.02	Aluguéis	39	7
7.08.03.03	Outras	101	336
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	795.667	888.917
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	268.000	194.134
7.08.04.02	Dividendos		
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	527.667	694.783
7.08.05	Outros		

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	30/06/2011	31/12/2010
1	Ativo Total	2.052.832	1.960.308
1.01	Ativo Circulante	6.700.645	6.387.734
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.648.759	3.391.601
1.01.02	Aplicações Financeiras	201.460	243.319
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	201.460	243.319
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação		
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	201.460	243.319
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento		
1.01.03	Contas a Receber	1.965.070	1.959.762
1.01.03.01	Clientes	1.965.070	1.959.762
1.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.01.04	Estoques	20.152	16.504
1.01.05	Ativos Biológicos		
1.01.06	Tributos a Recuperar	461.740	406.740
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	461.740	406.740
1.01.07	Despesas Antecipadas	27.583	19.196
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	375.881	350.612
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.01.08.03	Outros	375.881	350.612
1.01.08.03.01	Fundos vinculados	36.490	39.614
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	339.391	310.998
1.02	Ativo Não Circulante	1.382.768	1.321.535
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.497.500	3.367.460
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo		
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação		
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda		

1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	171.998	136.001
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	171.998	136.001
1.02.01.03	Contas a Receber	1.073.186	1.040.174
1.02.01.03.01	Clientes	1.073.186	1.040.174
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.02.01.04	Estoques		
1.02.01.05	Ativos Biológicos		
1.02.01.06	Tributos Diferidos	308.534	333.502
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	308.534	333.502
1.02.01.07	Despesas Antecipadas		
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas		
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas		
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores		
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas		
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.943.782	1.857.783
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.02.01.09.03	Ativo indenizável (concessão)	789.207	722.164
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a recuperar	86.397	81.104
1.02.01.09.05	Coligadas e controladas	20.901	2.960
1.02.01.09.06	Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	572.076	598.170
1.02.01.09.07	Depósitos judiciais	340.093	304.552
1.02.01.09.08	Despesas pagas antecipadamente	2.488	2.676
1.02.01.09.09	Superávit atuarial	43.703	43.702
1.02.01.09.10	Dividendos a receber		
1.02.01.09.11	Fundos vinculados	59.498	57.856
1.02.01.09.12	Outros ativos não circulantes	29.419	44.599
1.02.02	Investimentos	46.309	20.493
1.02.02.01	Participações Societárias	46.309	20.493
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas		

1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	46.309	20.493
1.02.02.02	Propriedades para Investimento		
1.02.03	Imobilizado	3.675.180	3.550.615
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.613.025	1.922.258
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado		
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.062.155	1.628.357
1.02.04	Intangível	6.608.695	6.276.784
1.02.04.01	Intangíveis	6.608.695	6.276.784
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	6.608.695	6.276.784
1.02.04.02	Goodwill		

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	30/06/2011	31/12/2010
2	Passivo Total	2.052.832	1.960.308
2.01	Passivo Circulante	2.806.268	2.919.551
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	77.467	69.853
2.01.01.01	Obrigações Sociais		
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	77.467	69.853
2.01.02	Fornecedores	685.508	759.320
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	685.508	759.320
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros		
2.01.03	Obrigações Fiscais	435.577	392.093
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	435.577	392.093
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	435.577	392.093
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais		
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais		
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.025.290	1.154.887
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	552.894	545.324
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	500.920	494.735
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	51.974	50.589
2.01.04.02	Debêntures	472.396	609.563
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.01.05	Outras Obrigações	541.438	516.129
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas		
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas		
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores		
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.01.05.02	Outros	541.438	516.129
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	135.062	120.787
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar		
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		

2.01.05.02.04	Outros passivos circulantes	213.768	228.285
2.01.05.02.05	Obrigações de benefícios/contr.definidos pós-emprego	13.607	14.355
2.01.05.02.06	Taxas regulamentares	179.001	152.702
2.01.06	Provisões	40.988	27.269
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais		
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis		
2.01.06.02	Outras Provisões		
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias		
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02	Passivo Não Circulante	6.317.745	5.414.043
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.513.698	4.612.268
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.056.136	3.490.632
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.798.520	3.235.934
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	257.616	254.698
2.02.01.02	Debêntures	1.457.562	1.121.636
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.02.02	Outras Obrigações	444.643	437.814
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas		
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas		
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores		
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.02.02.02	Outros	444.643	437.814
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		

2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.02.02.02.03	Fornecedores	13.106	12.722
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	88.442	87.845
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições a recolher	11.969	11.791
2.02.02.02.06	Obrigações e benefícios/contr. definidos pós-emprego	292.553	292.984
2.02.02.02.07	Coligadas e controladas		2.091
2.02.02.02.08	Recursos destinados a aumento de capital		1.696
2.02.02.02.09	Outras passivos não circulantes	38.573	28.685
2.02.03	Tributos Diferidos	179.855	184.456
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	179.855	184.456
2.02.04	Provisões	179.549	179.505
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais		
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis		
2.02.04.02	Outras Provisões		
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias		
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar		
2.02.06.01	Lucros a Apropriar		
2.02.06.02	Receitas a Apropriar		
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar		
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.140.431	1.126.949
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288

2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações		
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação		
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição		
2.03.02.04	Opções Outorgadas		
2.03.02.05	Ações em Tesouraria		
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.03.03	Reservas de Reavaliação		
2.03.04	Reservas de Lucros	5.230.982	5.645.390
2.03.04.01	Reserva Legal	416.101	416.101
2.03.04.02	Reserva Estatutária		
2.03.04.03	Reserva para Contingências		
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar		
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.814.881	4.814.881
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos		
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais		
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto		414.408
2.03.04.09	Ações em Tesouraria		
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	527.667	
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão		
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	44.358	21.146
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	859.996	861.643

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/04/2011 à 30/06/2011	01/01/2011 à 30/06/2011	01/04/2010 à 30/06/2010	01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.307.884	4.489.716	2.665.622	4.702.483
3.01.01	Receita bruta	3.335.576	6.513.388	3.643.094	6.625.857
3.01.06	(-) Deduções da receita bruta	-1.027.692	-2.023.672	-977.472	-1.923.374
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.438.396	-2.882.131	-1.789.089	-2.989.852
3.03	Resultado Bruto	869.488	1.607.585	876.533	1.712.631
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-248.032	-498.651	-221.618	-436.274
3.04.01	Despesas com Vendas	-110.775	-213.565	-81.371	-163.929
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-113.318	-235.339	-114.765	-221.381
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-24.187	-49.995	-25.482	-50.964
3.04.03.01	Amortização de ágio	-24.187	-49.995	-25.482	-50.964
3.04.04	Outras Receitas Operacionais				
3.04.05	Outras Despesas Operacionais				
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	248	248		
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	621.456	1.108.934	654.915	1.276.357
3.06	Resultado Financeiro	-17.145	-37.481	-41.179	-39.420
3.06.01	Receitas Financeiras	209.711	411.605	170.693	343.050
3.06.02	Despesas Financeiras	-226.856	-449.086	-211.872	-382.470
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	604.311	1.071.453	613.736	1.236.937
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-93.308	-152.686	-89.665	-210.935
3.08.01	Corrente	-41.383	-105.206	-80.227	-154.466
3.08.02	Diferido	-51.925	-47.480	-9.438	-56.469
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	511.003	918.767	524.071	1.026.002
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas				
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas				
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas				
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	511.003	918.767	524.071	1.026.002
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	435.387	795.667	445.989	888.917

Powered by MZiQ

3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	75.616	123.100	78.082	137.085
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0	0	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/04/2011 à 30/06/2011	01/01/2011 à 30/06/2011	01/04/2010 à 30/06/2010	01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período				
4.02	Outros Resultados Abrangentes				
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período				
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora				
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores				

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2011 à 30/06/2011	01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.274.215	1.246.169
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.719.031	1.598.592
6.01.01.01	Lucro antes do imposto	1.071.453	1.236.937
6.01.01.02	Depreciação e amortização	267.685	200.517
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-248	
6.01.01.04	Amortização de ágio líquida	51.790	48.192
6.01.01.05	Encargos de dividas e atualizações monetárias e cambiais	280.115	204.056
6.01.01.06	Outras receitas e despesas financeiras líquidas	313	3.878
6.01.01.07	Valor residual do ativo intangível baixado	11.990	3.918
6.01.01.08	Impostos e contribuições correntes	-861	1.562
6.01.01.09	Provisão para plano de benefício pós emprego		1.062
6.01.01.10	Provisão (reversão para contingências cíveis, fiscais e trabalhista	21.853	15.187
6.01.01.11	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	14.941	6.867
6.01.01.12	Outras provisões		-123.584
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-444.816	-352.423
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-24.986	-266.321
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais a recuperar	-55.938	-26.117
6.01.02.03	Recebimento de dividendos		
6.01.02.04	Estoques	-3.486	-1.610
6.01.02.05	Benefício fiscal ágio incorporado		9.448
6.01.02.06	Fundos vinculados	3.451	-2.210
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-22.901	-84.425
6.01.02.08	Despesas pagas antecipadamente	-8.016	3.208
6.01.02.10	Coligadas e controladas		
6.01.02.11	Outros ativos	-45.612	-43.159
6.01.02.12	Fornecedores	-70.366	-3.704
6.01.02.13	Salários e encargos a pagar	6.396	-14.348

6.01.02.14	Encargos de dívidas swap	-167.908	29.184
6.01.02.15	Taxas regulamentares	23.715	78.188
6.01.02.16	Obrigações de benefícios/contribuições definidos pós emprego	-11.647	-16.986
6.01.02.17	Impostos e contribuições sociais a recolher	-71.056	-49.873
6.01.02.19	Indenizações contingências pagas	-13.646	
6.01.02.20	Outros passivos	17.184	36.302
6.01.03	Outros		
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.031.994	-896.904
6.02.01	Integralização de capital	-10.735	
6.02.02	Aquisição de investimentos	-243.133	-395
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-119.479	-185.174
6.02.04	Aquisição de intangível	-673.040	-711.335
6.02.05	Títulos e valores mobiliários	14.393	
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	395	68.324
6.03.01	Adiantamento para futuro aumento de capital		
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos	973.592	772.509
6.03.03	Captação de Debêntures	560.000	97
6.03.04	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-472.697	-269.221
6.03.05	Amortização do principal de debêntures	-404.469	-249.481
6.03.06	Empréstimos com partes relacionadas		
6.03.07	Obrigações vinculadas	97.486	272.205
6.03.08	Pagamento de dividendos e juros s/ capital próprio	-773.608	-457.785
6.03.09	Coligadas e controladas	20.091	
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes		
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	242.616	417.589
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.406.143	2.621.961
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.648.759	3.039.550

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2010 à 30/06/2010

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	4.400.740	0	-4.324	9.137.729	0	9.137.729
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	4.400.740	0	-4.324	9.137.729	0	9.137.729
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-103.200	-194.134	0	-297.334	0	-297.334
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos	0	0	-103.200	0	0	-103.200	0	-103.200
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-194.134	0	-194.134	0	-194.134
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	888.917	12.640	901.557	0	901.557
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	888.917	0	888.917	0	888.917
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	12.640	12.640	0	12.640

5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	4.297.540	694.783	8.316	9.741.952	0	9.741.952

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2011 à 30/06/2011	01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	6.202.972	5.793.569
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.208.155	5.830.951
7.01.02	Outras Receitas	-5.063	-1.757
7.01.02.01	Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	-5.063	-1.757
7.01.02.02	Resultado na alienação/desativação de bens e direitos		
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-120	-35.625
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.966.701	-2.552.022
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-910.091	-749.896
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros	-2.056.610	-1.802.126
7.02.04.01	Energia elétrica comprada para revenda	-1.836.358	-1.557.353
7.02.04.02	Encargos de uso de rede básica de transmissão	-220.252	-244.773
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.236.271	3.241.547
7.04	Retenções	-285.168	-239.645
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-285.168	-239.645
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.951.103	3.001.902
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	378.487	312.539
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-248	
7.06.02	Receitas Financeiras	378.735	312.539
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.329.590	3.314.441
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.329.590	3.314.441
7.08.01	Pessoal	185.524	171.922
7.08.01.01	Remuneração Direta	118.166	97.929

7.08.01.02	Benefícios		
7.08.01.03	F.G.T.S.		
7.08.01.04	Outros	67.358	73.993
7.08.01.04.01	Encargos sociais (exceto INSS)	24.701	15.895
7.08.01.04.02	Entidade de previdênciária privada	9.213	11.171
7.08.01.04.03	Auxílio alimentação	10.779	9.009
7.08.01.04.04	Convênnio assistencial e outros benefícios	5.123	5.737
7.08.01.04.05	Incentivo a aponsentadoria e demissão voluntária	1.094	7.257
7.08.01.04.06	Provisão para férias e 13º salário	17.094	19.890
7.08.01.04.07	Plano de saúde	7.559	6.490
7.08.01.04.08	Indenizações trabalhistas	3.565	11.753
7.08.01.04.09	Participações no resultado	34.566	29.356
7.08.01.04.10	Adiministradores	6.406	7.927
7.08.01.04.11	Encerramento de ordem em curso	268	964
7.08.01.04.12	(-) transferências para ordens	-53.712	-54.234
7.08.01.04.13	Custos imobilizados / intangíveis		-418
7.08.01.04.14	Outros	702	3.196
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.948.435	1.914.335
7.08.02.01	Federais	940.314	949.529
7.08.02.02	Estaduais	1.000.631	959.181
7.08.02.03	Municipais	7.490	5.625
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	399.964	339.267
7.08.03.01	Juros	395.209	332.918
7.08.03.02	Aluguéis	4.612	4.210
7.08.03.03	Outras	143	2.139
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	795.667	888.917
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	268.000	194.134
7.08.04.02	Dividendos		
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	527.667	694.783
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos		

7.08.05	Outros		

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Neoenergia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução
Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, da Neoenergia S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre e período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis a elaboração de Informações Trimestrais ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da Das demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Paulo José Machado
Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

A NEOENERGIA, como holding que não efetua diretamente atividades operacionais, reflete em suas demonstrações financeiras principalmente o resultado das operações de suas empresas controladas. No 2º trimestre de 2011 e no acumulado do 1º semestre de 2011, as empresas controladas da NEOENERGIA apresentaram o seguinte desempenho:

1. DESEMPENHO OPERACIONAL DAS CONTROLADAS:

1.1. No segmento de distribuição:

a) Evolução do número de clientes:

Em junho de 2011, o número consolidado de clientes, das controladas COELBA, CELPE e COSERN foi de 9.280.441, representando um crescimento de 4,85 % em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em termos de participação, a classe residencial continua representando 87% da quantidade de clientes cativos, seguido pela classe comercial com 6% e a classe rural com 5%.

	Evolução do número de clientes ativos					
	Quantidadade		Participação			
Descrição	30/06/11	30/06/10	30/06/11	30/06/10	Variação horizontal	
Residencial	8.099.829	7.636.469	87%	87%	463.360	6%
Industrial	39.561	39.859	0%	0%	-298	-1%
Comercial	586.209	565.136	6%	6%	21.073	4%
Rural	435.547	433.851	5%	5%	1.696	0%
Poder Público	79.799	76.161	1%	1%	3.638	5%
Iluminação Pública	26.660	25.553	0%	0%	1.107	4%
Serviço Público	12.794	10.710	0%	0%	2.084	19%
Consumo Próprio	5	691	0%	0%	-686	-99%
Suprimento	37	34	0%	0%	3	9%
Total	9.280.441	8.788.464	100%	100%	491.977	6%

b) Evolução do volume de energia vendida no mercado cativo

Em relação à quantidade de energia vendida a clientes cativos, no 2º trimestre de 2011, o fornecimento consolidado de energia elétrica das distribuidoras foi de 7.383.498 MWh (7.434.984 MWh no 2º trimestre de 2010) apresentando um decréscimo de 0,69%. No acumulado do 1º semestre o consumo alcançou 14.444.419 MWh (14.159.225 MWh no mesmo período de 2010), crescimento de 2,01%.

Apesar da classe residencial representar 87% em quantidade de consumidores, sua participação no volume de energia vendida foi de 38% no acumulado de 2011, tendo as classes industrial e comercial participação de 21% e 20%, respectivamente.

Segue abaixo a composição por classe do volume de vendas no mercado cativo:

	Evolução do mercado de clientes cativos					
	Quantidadade		Participação			
Descrição	30/06/11	30/06/10	30/06/11	30/06/10	Variação horizontal	
Residencial	5.450.047	5.290.314	38%	37%	159.733	3%
Industrial	3.051.079	3.014.327	21%	21%	36.752	1%
Comercial	2.893.481	2.831.855	20%	20%	61.626	2%
Rural	881.774	911.388	6%	6%	-29.613	-3%
Poder Público	701.796	689.956	5%	5%	11.840	2%
Iluminação Pública	657.331	627.835	5%	4%	29.497	5%
Serviço Público	792.611	781.081	5%	6%	11.530	1%
Consumo Próprio	16.300	12.469	0%	0%	3.831	31%
Total	14.444.419	14.159.225	100%	100%	285.195	2%

c) Tarifas

Os seguintes reajustes tarifários foram concedidos:

COELBA - a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.142 de 19 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2011, homologou o resultado do Reajuste Tarifário anual da Companhia, em 13,12%, sendo 8,47% relativo ao reajuste econômico e de 4,65% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 9,92% a ser percebido pelos consumidores cativos. As novas tarifas entrarão em vigor a partir do dia 22 de abril de 2011 com vigência até 21 de abril de 2012. Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 10,16%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residenciais e baixa renda, o aumento médio foi de 9,79%.

CELPE - a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 1.143 de 26 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de abril de 2011, fixou em 10,86% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 8,19% relativos ao reajuste tarifário anual e 2,67% aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 8,27% sendo 8,04% para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 8,68% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 29 de abril de 2011 a 28 de abril de 2012.

COSERN - a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 1.139, de 19 de abril de 2011, publicada no diário oficial da união de 20 de abril de 2011, fixou em 12,40% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 7,32% relativos ao reajuste tarifário anual e 5,08% aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 9,86% sendo 9,70 para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 10,27% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 22 de abril de 2011 a 21 de abril de 2012.

d) Investimentos:

Os investimentos efetuados pelas três empresas de distribuição (Coelba, Celpe e Cosern) foram de R$ 327.735 mil no 2º trimestre de 2011, totalizando no ano de 2011 o montante de R$ 654.589. Esses recursos foram destinados, principalmente, à ampliação da rede de distribuição de energia e para a melhoria da qualidade do serviço.

	2º trimestre 2011		Acumulado 2011	
	Investimento total	Subvenções recebidas	Investimento total	Subvenções recebidas
Geração	36	-	1.047	-
Distribuição	317.126	94.461	629.065	109.301
Comercialização	485	-	691	-
Administração	10.088	-	23.786	-
	327.735	94.461	654.589	109.301

e) Programa Luz Para Todos:

O Programa luz para Todos foi instituído pelo Governo em 11 de novembro de 2003, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira que ainda não tem acesso a esse serviço público foi prorrogado até o ano de 2014 com a publicação do Decreto nº 7.520, de 11 de julho de 2011.

A Coelba faz hoje a gestão do maior programa de eletrificação rural do país com investimentos superiores a R$ 2,8 bilhões, com participação financeira da Coelba, do Governo Federal e do Governo Estadual.

O número de ligações efetuadas nas três distribuidoras até 30 de junho de 2011 esta demonstrado abaixo:

	CONSOLIDADO	COELBA	CELPE	COSERN
Ligações executadas até 2009	520.575	353.209	114.841	52.525
Ligações executadas em 2010	75.637	75.637		
Ligações executadas em 2011	30.928	30.928		
Total	627.140	459.774	114.841	52.525
Em execução	4.666	4.666		
A executar	-	-		
Ligações previstas pelo programa (*)	631.806	464.440	114.841	52.525

1.2. No segmento de geração e outros

a) Investimentos

No 1º semestre de 2011 foram investidos R$ 33,5 milhões no segmento de geração, principalmente no encerramento das construções das PCHs Goiandira e Nova Aurora, da subestação Narandiba e na UHE Dardanelos que deve entrar em operação comercial em agosto de 2011.

2. ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS:

Como se trata de uma holding, a NEOENERGIA depende diretamente dos resultados apurados em suas controladas.

O lucro líquido consolidado do 2º trimestre de 2011 foi de R$ 435.388 mil (R$ 445.989 mil no 2º trimestre de 2010), apresentando um decréscimo de R$ 10.601 mil, correspondente a 2,37%. No acumulado do ano o lucro líquido consolidado de 2011 foi de R$ 795.667 mil (R$ 888.917 mil de 2010), apresentando um decréscimo de R$ 93.250 mil, correspondente a 2,37%.

Abaixo seguem as demonstrações do resultado do exercício do 2º trimestre de 2011 e 2010 e o acumulado do ano.

Em R$ mil

Descrição	2º Trimestre			Acumulado		
	30/06/2011	30/06/2010	Variação 2011/2010	30/06/2011	30/06/2010	Variação 2011/2010
Receita Bruta	3.335.576	3.643.094	-8,44%	6.513.388	6.625.857	-1,70%
Deduções da Receita Bruta	(1.027.692)	(977.472)	5,14%	(2.023.672)	(1.923.374)	5,21%
Receita Líquida	**2.307.884**	**2.665.622**	**-13,42%**	**4.489.716**	**4.702.483**	**-4,52%**
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.438.396)	(1.789.089)	-19,60%	(2.882.131)	(2.989.852)	-3,60%
Resultado Bruto	**869.488**	**876.533**	**-0,80%**	**1.607.585**	**1.712.631**	**-6,13%**
Margem Bruta	**37,67%**	**32,88%**		**35,81%**	**36,42%**	
Outras Despesas Operacionais	(224.093)	(196.136)	14,25%	(448.904)	(385.310)	16,50%
Resultado do serviço	**645.395**	**680.397**	**-5,14%**	**1.158.681**	**1.327.321**	**-12,71%**
Depreciação e Amortização	(135.384)	(115.531)	17,18%	(264.625)	(220.172)	20,19%
EBITDA	**780.779**	**795.928**	**-1,90%**	**1.423.306**	**1.547.493**	**-8,03%**
Margem do EBITDA	**33,83%**	**29,86%**		**31,70%**	**32,91%**	
Resultado Financeiro	(17.144)	(41.179)	-58,37%	(37.481)	(39.420)	-4,92%
Amortização de Ágio / Investimento	(23.939)	(25.482)	-6,06%	(49.747)	(50.964)	-2,39%
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição social	**604.311**	**613.736**	**-1,54%**	**1.071.453**	**1.236.937**	**-13,38%**
IR e CSLL	(93.308)	(89.665)	4,06%	(152.686)	(210.935)	-27,61%
Participação Acionistas não Controladores	(75.616)	(78.082)	-3,16%	(123.100)	(137.085)	-10,20%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	**435.387**	**445.989**	**-2,38%**	**795.667**	**888.917**	**-10,49%**
Margem Líquida	**18,87%**	**16,73%**		**17,72%**	**18,90%**	

As principais variações ocorridas no período foram:

- Os custos de bens e serviços e outras despesas operacionais diminuíram R$ 322.736 mil, conforme demonstrado abaixo, principalmente devido ao decréscimo de energia elétrica comprada para revenda.

Descrição	2o trimestre 30/06/2011	30/06/2010	Variação 2011/2010	%
Custos / Despesas Operacionais				
Pessoal	(104.621)	(94.899)	(9.722)	10,2%
Administradores	(5.275)	(2.339)	(2.936)	125,5%
Entidade de previdência privada	(5.676)	(4.972)	(704)	14,2%
Material	(11.624)	(6.716)	(4.908)	73,1%
Combustível para produção de energia	(45.674)	(54.697)	9.023	-16,5%
Serviços de terceiros	(129.542)	(139.669)	10.127	-7,3%
Taxa de fiscalização serviço energia elétricaï TFSEE	(9.091)	(4.455)	(4.636)	104,1%
Outorga da concessão pela utilização do bem público	(243)	(638)	395	-61,9%
Outorga da concessão pela utilização de recursos hídricos	1.874	236	1.638	694,1%
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(3.807)	(1.659)	(2.148)	129,5%
Energia elétrica comprada para revenda	(740.261)	(1.095.874)	355.613	-32,5%
Encargos de uso do sistema transmissão	(124.546)	(160.845)	36.299	-22,6%
Depreciação e amortização	(138.221)	(115.532)	(22.689)	19,6%
Arrendamentos e alugueis	(2.789)	(2.637)	(152)	5,8%
Tributos	(2.513)	(1.597)	(916)	57,4%
Provisões Líquidas - PCLD	(28.039)	(25.717)	(2.322)	9,0%
Provisões Líquidas - Contingências	(7.378)	(1.859)	(5.519)	296,9%
Provisões atuariais	(2)	1.615	(1.617)	-100,1%
Custo de construção	(280.608)	(259.695)	(20.913)	8,1%
Alienação / Desativação de bens e direitos	(335)	-	(335)	
Outros	(24.118)	(13.276)	(10.842)	81,7%
Total custos / despesas	(1.662.489)	(1.985.225)	322.736	-16,3%

Conseqüentemente, o EBITDA do 2º trimestre de 2011 foi de R$ 780.780 mil (R$ 795.928 mil no 2º trimestre de 2010), representando um decréscimo de 5,4%. Já o lucro líquido no 2º trimestre de 2011 foi de R$ 435.388 mil (R$ 445.989 mil no 2º trimestre de 2010), representando um decréscimo de 2,38%.

No acumulado do ano o EBITDA foi de R$ 1.423.307 mil (R$ 1.547.493 em 2010) e o lucro líquido de R$ 795.667 mil (R$ 888.917 mil em 2010), representado reduções de 8% e 10%, respectivamente. Esta redução deve-se principalmente a redução da receita da Celpe em função do término da cobrança de tarifa retroativa referente ao parcelamento da revisão tarifária de 2005 e ao incremento com o custo de energia comprada em Itapebi e Coelba, que serão recuperados no decorrer do ano de 2011.

A conciliação entre o EBITDA e lucro líquido segue apresentada abaixo:

Conciliação do EBITDA - R$ Mil	1o semestre 2011	2010	Var. %
Lucro Líquido	795.667	888.917	-10%
Amortização ágio e reversão PMIPL	49.747	50.964	-2%
Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	152.686	210.935	-28%
Resultado Financeiro	37.481	39.420	-5%
Depreciação e amortização	264.625	220.172	20%
Participações minoritárias	123.100	137.085	-10%
(=) EBITDA	1.423.307	1.547.493	-8%

A composição do EBITDA e lucro líquido por empresa controlada acumulado até junho de 2011 e 2010:

	Composição do Lucro líquido				Composição do EBITDA			
	30/06/11	% Vertical	30/06/10	% Horizontal	30/06/11	% Vertical	30/06/10	% Horizontal
Controladora (sem equivalência)	86.933		11.994		(7.930)		(8.202)	-3%
Distribuidoras:								
COELBA	408.301	62%	414.200	-1%	674.304	60%	617.337	9%
CELPE	160.245	24%	286.545	-44%	313.110	28%	453.500	-31%
COSERN	87.674	13%	127.985	-31%	138.427	12%	162.019	-15%
Subtotal	**656.220**	**100%**	**828.730**	**-21%**	**1.125.841**	**172%**	**1.232.856**	**-9%**
Geradoras:								
ITAPEBI	29.062	17%	61.590	-53%	53.286	18%	100.237	-47%
TERMOPE	45.527	27%	68.143	-33%	107.234	36%	121.257	-12%
BAGUARI	5.403	3%	7.300	-26%	17.597	6%	17.441	1%
GOIÁS SUL	1.532	1%	(2.606)		12.079	4%	(2.176)	
GERAÇÃO CIII	8.162	5%	6.036	35%	16.756	6%	15.147	11%
RIO PCH I	6.626	4%	996	565%	14.383	5%	11.434	26%
BAHIA PCH I	3.979	2%	6.901	-42%	13.021	4%	7.304	78%
SE NARANDIBA	(349)	0%	(28)	1147%	(33)	0%	(21)	59%
ÁGUAS DA PEDRA	46.353	27%	(1.484)		45.155	15%	(1.380)	
TERMOAÇU	1.572	1%	892		2.477	1%	4.894	
GERAÇÃO CÉU AZUL	(22)	0%	(236)	-91%	(18)	0%	(220)	-92%
AFLUENTE G	3.549	2%	4.222	-16%	5.081	2%	5.383	-6%
AFLUENTE T	10.189	6%	11.579	-12%	9.516	3%	12.922	-26%
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	4.524	3%	-		(2)	0%	-	
NORTE ENERGIA	643	0%	-		(2.300)	-1%	-	
ENERGYWORKS	(60)	0%	-		2.037	1%	-	
CAPUAVA	1.126	1%	-		1.351	0%	-	
ECIII	1.598	1%	-		-	0%	-	
Subtotal	**169.414**	**100%**	**163.305**	**4%**	**297.619**	**100%**	**292.222**	**2%**
Outros								
NEOINVEST	196		18	989%	-	0%	(2)	-100%
NC ENERGIA	7.619		20.676	-63%	4.490	3%	28.428	-84%
NEOSERV	939		1.333	-30%	2.063	1%	2.190	-6%
Outras participações	(3)		(2)	50%	1.223		-	
Controladora e Consolidado	**795.667**		**888.917**	**-10%**	**1.423.306**		**1.547.492**	**-8%**

3. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO CONSOLIDADO:

As empresas do grupo Neoenergia efetuaram novas captações para fins de alongamento do perfil de suas dívidas. Destaques para as negociações ocorridas em 27 de abril:

COELBA - operação de captação de recursos no mercado internacional, por meio da emissão de notas no exterior (bonds em reais) no montante de R$ 400.000 mil com vencimento em 27 de abril de 2016 e juros de 11,75% a.a com pagamento semestral. Os recursos serão destinados ao refinanciamento de dívida.

CELPE - operação de captação de recursos no mercado de capitais por meio da 4ª emissão de debêntures, no montante de R$ 360.000 mil, com prazo de 6 anos sendo 4 anos de carência, e juros pagos semestralmente com custo de 111,30% do CDI. Os recursos serão destinados ao ajuste do perfil da dívida da Companhia.

ITAPEBI - operação de captação de recursos no mercado de capitais por meio da 3ª emissão de debêntures, no montante de R$ 200.000 mil, com prazo de 6 anos sendo 4 anos de carência, e juros pagos semestralmente com custo de 111,30% do CDI. Os recursos serão destinados ao pré-pagamento da 2ª emissão e pré-pagamento da dívida com o BNDES, com objetivo de alongamento do seu perfil da dívida.

Em junho de 2011 o endividamento total da Companhia era de R$ 6.539 milhões, sendo R$ 1.025 milhões de curto prazo (15,7%) e R$ 5.514 milhões de longo prazo (84,3%).

Os principais indicadores econômico-financeiros estão abaixo apresentados, sendo que a redução da margem EBITDA deve-se principalmente ao incremento da receita de construção:

Dados Econômico-Financeiros	**30/06/2010**	**30/06/2011**	**Variação**
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	6.625.857	6.513.388	-1,7%
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	4.702.483	4.489.716	-4,5%
EBITDA (R$ mil)	1.547.493	1.431.972	-7,5%
Resultado do Serviço - EBIT (R$ mil)	1.327.321	1.108.934	-16,5%
Resultado Financeiro (R$ mil) - Exceto JSCP	(39.420)	(37.480)	-4,9%
Lucro Líquido (R$ mil)	888.917	795.667	-10,5%
Ativo Total (R$ mil)	19.603.086	20.528.329	4,7%
Dívida Bruta (R$ mil)	5.767.155	6.538.988	13,4%
Dívida Líquida (R$ mil) *	1.898.764	2.420.783	27,5%
Patrimônio Líquido (R$ mil)	11.269.492	11.404.316	1,2%
Indicadores Econômico-Financeiros			
Margem EBITDA	32,9%	31,9%	-1,01 p.p
Margem EBIT	28,2%	24,7%	-3,53 p.p
Margem Líquida	18,9%	17,7%	-1,18 p.p
Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro) - Em vezes	39,3	38,2	-2,7%
Dívida Bruta/EBITDA**	1,9	2,3	22,5%
Índice de Endividamento Líquido	14,4%	17,5%	3,09 p.p
Ações			
Valor Patrimonial da Ação (R$)	1,93	1,95	1,2%
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação (R$)	0,15	0,14	-10,5%

* Dívida líquida de disponibilidades
** EBITDA 12 meses
p.p - Pontos Percentuais

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A NEOENERGIA S.A. (ñNEOENERGIAò ou ñCompanhiaò) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas primariamente às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.

A sede da Companhia está localizada na Praia do Flamengo, 78 - 3º andar - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e controlada em conjunto, segregadas por atividade de negócio:

		Percentual da Participação (%)			
		30/06/11		31/12/10	
Empresas Controladas	Ref	Direta	Indireta	Direta	Indireta
DISTRIBUIÇÃO					
COELBA		87,84	-	87,84	-
CELPE		89,65	-	89,65	-
COSERN		84,45	-	84,45	-
GERAÇÃO					
AFLUENTE GERAÇÃO		87,84	-	87,84	-
BAGUARI I		99,99	0,01	99,99	0,01
BAHIA PCH I		99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(a)	51,00	-	51,00	-
GERAÇÃO CIII		99,99	0,01	99,99	0,01
GOIÁS SUL		99,99	0,01	99,99	0,01
ITAPEBI		42,00	-	42,00	-
RIO PCH I		75,00	-	75,00	-
TERMOAÇU		23,13	-	23,13	-
TERMOPERNAMBUCO		99,99	0,01	99,99	0,01
GERAÇÃO CÉU AZUL	(a)	99,99	0,01	99,99	0,01
NORTE ENERGIA		-	10,00	-	10,00
TELES PIRES	(a)	50,01	-	-	-
ENERGYWORKS		99,99	0,01	-	-
TRANSMISSÃO					
AFLUENTE TRANSMISSÃO		87,84	-	87,84	-
SE NARANDIBA	(a)	99,99	0,01	99,99	0,01
COMERCIALIZAÇÃO					
NC ENERGIA		100,00	-	100,00	-
OUTROS					
NEOINVEST		99,99	0,01	99,99	0,01
NEOSERVIÇOS	(b)	1,00	99,00	1,00	99,00
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES		99,00	1,00	-	-

(a) Empresas constituídas para construção de novos empreendimentos em geração ou transmissão, os quais se encontram em fase pré-operacional.

(b) Participação através da NC Energia. Vide nota explicativa nº 14.

1. CONTEXTO OPERACIONAL -- Continuação

	Percentual da Participação (%)			
	30/06/11		31/12/10	
Sociedades de Propósito Específico ("SPEs")	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Garter Properties INC.	100,00	-	100,00	-
BB Polo 28 Fundo de Investimento Renda Fixa	100,00	-	100,00	-
Ancona Renda Fixa Fundo de Investimento	100,00	-	100,00	-
Fundo de Investimento Bilbao	100,00	-	100,00	-
Santander Fundo de Investimento Rio de Janeiro Referenciado DI	100,00	-	100,00	-
Bradesco Fundo de Investimento Referenciado DI Recife	100,00	-	100,00	-

2. CONCESSÕES

A Companhia possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões autorizações/permissões de distribuição, comercialização, transmissão e de geração de energia:

Distribuição	**Número de Municípios**	**Localidade**	**Data de concessão**	**Data de vencimento**
COELBA	415	Estado da Bahia	08/08/1997	07/08/2027
CELPE	184	Estado de Pernambuco	30/03/2000	30/03/2030
CELPE	1	Distrito de Fernando de Noronha	30/03/2000	30/03/2030
CELPE	1	Estado da Paraíba	30/03/2000	30/03/2030
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/1997	30/12/2027

Comercialização	**Localidade**	Data de Autorização
NC ENERGIA	Rio de Janeiro	16/08/2000

2. CONCESSÕES -- Continuação

Geração em Operação	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW) *	Energia Assegurada (MWmed) *	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão/Autorização	Data de Vencimento
COELBA							
Belmonte	Termelétrica - UTE	Belmonte - BA	1,5 MW	Somente em		29/08/05	Indeterminado
Ilha Grande	Termelétrica - UTE	Camamu - BA	1,7 MW	1,2 MW	1,2 MW	08/08/97	07/08/27
AFLUENTE							
Alto Fêmeas I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - São Desidério - BA	10,6 MW	9,5 MW	9,5 MW	08/08/97	07/08/27
Presidente Goulart	Hidrelétrica - PCH	Rio Correntina - BA	8 MW	6,9 MW	6,9 MW	08/08/97	07/08/27
ITAPEBI	Hidrelétrica - UHE	Rio Jequitinhonha - BA	450 MW	214,3 MW	214,3 MW	28/05/99	27/05/34
TERMOPERNAMBUCO	Termelétrica - UTE	Complexo Portuário do Suape - PE	532 MW	490,6 MW	455 MW	15/12/00	18/12/30
CELPE							
Fernando de Noronha	Térmica a diesel	Distrito de Fernando de Noronha - PE	4,08 MW		1,6 MW	21/12/89	21/12/19
TERMOAÇU	Termelétrica - UTE	Alto do Rodrigues - RN	368 MW	331 MW	266 MW	09/07/01	08/07/31
RIO PCH I							
Pedra do Garrafão	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	19 MW	11,31 MW	11 MW	17/12/02	16/12/32
Pirapetinga	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	20 MW	11,51 MW	11 MW	17/12/02	16/12/32
GOIAS SUL							
Nova Aurora	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	21 MW	12,37 MW	12 MW	17/02/04	16/02/34
Goiandira	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	27 MW	17,09 MW	16 MW	17/12/02	16/12/32
BAGUARI I	Hidrelétrica - UHE	Rio Doce - MG	140 MW	81,4 MW	77 MW	15/08/06	15/08/41
GERAÇÃO CIII							
Corumbá III	Hidrelétrica - UHE	Rio Corumbá - GO	93,6 MW	50,9 MW	50,9 MW	07/11/01	06/11/36
BAHIA PCH I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - BA	25 MW	19,6 MW	19 MW	09/12/99	09/12/29
ENERGYWORKS							
Kaiser Jacareí	Termelétrica - UTE		10,4 MW	10,4 MW	10,4 MW	1998	2028
Kaiser Pacatuba	Termelétrica - UTE		5,6 MW	5,6 MW	5,6 MW	1998	-
Corn Mogi	Termelétrica - UTE		34,9 MW	34,9 MW	34,9 MW	2003	2031
Corn Balsa	Termelétrica - UTE		10,7 MW	10,7 MW	10,7 MW	2002	2031
Brahma Rio	Termelétrica - UTE		14,7 MW	14,7 MW	14,7 MW	1999	2028

Geração em Construção	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW) *	Energia Assegurada (MWmed) *	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão/Autorização	Data de Vencimento
DARDANELOS	Hidrelétrica - UHE	Rio Aripuanã - MT	261 MW	154,9 MW	147 MW	03/07/07	28/06/42
BAIXO IGUAÇU	Hidrelétrica - UHE	Rio Iguaçu - PR	350 MW	172,8 MW	121 MW	-	-
BELO MONTE	Hidrelétrica - UHE	Rio Xingu - PA	11.233 MW	4.571 MW	3.199,7 MW	26/08/10	26/08/45
TELES PIRES	Hidrelétrica - UHE	Rio Teles Pires - MT	1.819,8 MW	915,4 MW	778,1 MW	07/06/11	06/06/46

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais individuais da Companhia relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

As informações trimestrais consolidadas da Companhia relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

As práticas contábeis adotadas na preparação das informações trimestrais são as mesmas descritas na nota explicativa nº 03 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Adicionalmente as informações trimestrais contemplam os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 ï Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

As informações contábeis para o semestre findo em 30 de junho de 2011 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

	Consolidado 31/12/2010				Consolidado 31/12/2010		
ATIVO	Publicado	Reclassificação	Reclassificado	PASSIVO	Publicado	Reclassificação	Reclassificado
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3.391.601	-	3.391.601	Fornecedores	759.320	-	759.320
Contas a receber de clientes e outros	1.959.762	-	1.959.762	Empréstimos e financiamentos	545.324	-	545.324
Títulos e Valores Mobiliários	277.076	(33.757)	243.319	Debêntures	609.563	-	609.563
Impostos e Contribuições a recuperar	406.740	-	406.740	Salários e encargos a pagar	69.853	-	69.853
Coligadas e controladas	(0)	-	-	Taxas regulamentares	152.702	-	152.702
Estoques	16.504	-	16.504	Impostos e Contribuições a recolher	392.093	-	392.093
Fundos vinculados	5.857	33.757	39.614	Dividendos e Juros sobre capital proprio	120.787	-	120.787
Despesas pagas antecipadamente	19.196	-	19.196	Provisões	27.269	-	27.269
Outros ativos circulantes	282.269	28.729	310.998	Obrigações de benefícios / contribuições definidos pós-emprego	14.355	-	14.355
TOTAL DO CIRCULANTE	6.359.005	28.729	6.387.734	Coligadas e controladas	-	-	-
				Outros passivos circulantes	228.285	-	228.285
				TOTAL DO CIRCULANTE	2.919.551	-	2.919.551
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	1.040.174	-	1.040.174	Fornecedores	12.722	-	12.722
Títulos e Valores Mobiliários	170.295	(34.294)	136.001	Empréstimos e financiamentos	3.490.632	-	3.490.632
Concessão de Serviço Público (indenização)	701.407	20.757	722.164	Debêntures	1.121.636	-	1.121.636
Impostos e Contribuições a recuperar	81.104	-	81.104	Taxas regulamentares	87.845	-	87.845
Coligadas e controladas	2.960	-	2.960	Impostos e Contribuições a recolher	11.791	-	11.791
Dividendos a receber	-	-	-	Impostos e contribuições sociais diferidos	184.456	-	184.456
Juros sobre capital próprio a receber	-	-	-	Provisões	179.505	-	179.505
Impostos e contribuições sociais diferidos	333.502	-	333.502	Obrigações de benefícios / contribuições definidos pós-emprego	292.984	-	292.984
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	598.170	-	598.170	Coligadas e controladas	2.091	-	2.091
Fundos vinculados	23.562	34.294	57.856	Recursos destinados a aumento de capital	1.696	-	1.696
Depositos Judicias	304.552	-	304.552	Outros passivos não circulantes	28.689	(4)	28.685
Despesas pagas antecipadamente	2.676	-	2.676	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	5.414.047	(4)	5.414.043
Superávit atuarial	43.702	-	43.702				
Outros ativos não circulantes	44.603	(4)	44.599	PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	848.639	13.004	861.643
Investimentos	20.493	-	20.493				
Investimentos em coligadas e controladas		-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Outros investimentos	20.493	-	20.493	Capital Social	4.739.025	-	4.739.025
Imobilizado	3.632.122	(81.507)	3.550.615	Reservas de Capital	2.288	-	2.288
Ativo Indenizável (Concessão)		-	-	Reservas de Lucro	5.230.982	-	5.230.982
Intangível	6.231.759	45.025	6.276.784	Outros resultados abrangentes	21.146	-	21.146
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	13.231.081	(15.729)	13.215.352	Proposta de Distribuição de dividendos adicional	414.408	-	414.408
				Lucro/Prejuízo acumulado			
				Atribuivel a participação dos acionistas controladores			
				Atribuivel a participação dos acionistas não controladores			
				TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	10.407.849	-	10.407.849
TOTAL DO ATIVO	19.590.086	13.000	19.603.086	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LÍQUIDO	19.590.086	13.000	19.603.086

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações trimestrais em 25 de julho de 2011, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

4. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Alguns novos procedimentos contábeis do *IASB* e interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)* foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010. Esses pronunciamentos contábeis deverão ser emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

4. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC -- Continuação

Å *International Accounting Stardard (IAS)* 24 Exigências de divulgação para entidades estatais e definição de parte relacionada (revisada) - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não impacta as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Å *IFRS* 9 Instrumentos Financeiros ï Classificação e Mensuração - A *IFRS* 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da ñ*IAS* 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuraçãoò. A *IFRS* 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Å *IFRIC* 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não impacta as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Å *IFRIC* 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A *IFRIC* 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (*IFRS*) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia entende que a *IFRIC* 19 não impacte suas demonstrações financeiras consolidadas.

- Melhorias para *IFRS* ï O *IASB* emitiu melhorias para as normas e emendas de *IFRS* em maio de 2010 e as emendas são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais que poderiam impactar a Companhia:

4. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC -- Continuação

- *IFRS* 3 ï Combinação de negócios.
- *IFRS* 7 ï Divulgação de instrumentos financeiros.
- *IAS* 1 ï Apresentação das demonstrações financeiras.

A Companhia entende que as mudanças não impactem suas demonstrações financeiras consolidadas. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

5. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R1) - Demonstrações Consolidadas e pela Instrução CVM n° 247, de 27 de março de 1996, que incluem a Neoenergia, suas controladas e controladas em conjunto.

As informações trimestrais da controlada em conjunto Termoaçu, foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das informações trimestrais da investida.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do Grupo. As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;

- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.

- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

Para fins de apresentação das informações trimestrais consolidadas, o ágio pago pela Neoenergia S.A. na aquisição de investimentos, o qual é atribuído a concessão, foi classificado no ativo intangível.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10 Reclassificado
Caixa e Depósitos bancários à vista	115	185	37.908	276.935
Aplicações Financeiras de liquidez imediata:				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	564.851	421.261	705.144	477.720
Fundos de investimento	1.971.619	2.378.284	2.905.707	2.636.946
	2.536.585	2.799.730	3.648.759	3.391.601

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a taxas que variam de 90% a 106%.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostas da seguinte forma:

		Consolidado	
	Ref.	30/06/11	31/12/10 Reclassificado
Consumidores	(a)	2.832.292	2.773.702
Títulos a Receber	(b)	109.292	117.551
Comercialização de Energia na CCEE	(c)	63.399	94.052
Disponibilização do Sistema de Distribuição		31.228	29.553
Serviços Prestados a Terceiros		79.186	71.968
Outros Créditos		95.506	99.941
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(d)	(172.647)	(186.831)
Total		3.038.256	2.999.936
Circulante		1.965.070	1.959.762
Não Circulante		1.073.186	1.040.174

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS --Continuação

(a) Consumidores

	Consolidado						
		Saldos vencidos		Total		PCLD	
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/06/11	31/12/10 Reclassificado	30/06/11	31/12/10 Reclassificado
Setor Privado							
Residencial	737.026	247.659	187.082	1.171.767	1.139.851	(42.050)	(28.823)
Industrial	192.526	23.231	102.660	318.417	315.956	(51.292)	(57.112)
Comercial, serviços e outras	283.767	51.833	50.883	386.483	386.423	(19.228)	(20.468)
Rural	56.681	18.115	61.705	136.501	131.193	(20.234)	(19.707)
	1.270.000	340.838	402.330	2.013.168	1.973.423	(132.804)	(126.110)
Setor Público							
Poder Público							
Federal	13.747	1.648	3.803	19.198	19.515	(1.456)	(1.475)
Estadual	169.633	5.784	4.147	179.564	180.750	(336)	(349)
Municipal	186.589	16.668	13.094	216.351	218.214	(21.266)	(16.211)
	369.969	24.100	21.044	415.113	418.479	(23.058)	(18.035)
Iluminação pública	59.659	13.285	7.441	80.385	70.450	(2.384)	(2.361)
Serviço público	67.738	7.212	6.696	81.646	90.369	(10.060)	(4.172)
Fornecimento não faturado	241.980	-	-	241.980	220.981	-	(5.539)
Consumidores	2.009.346	385.435	437.511	2.832.292	2.773.702	(168.306)	(156.217)
Circulante				954.568	1.083.349	(139.413)	(130.607)
Não Circulante				1.877.724	1.690.353	(28.893)	(25.610)

As contas a receber de consumidores de longo prazo representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados pró-rata temporis.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS --Continuação

(b) Títulos a receber

Referem-se às contas de fornecimento de energia das empresas geradoras e comercializadoras com os diversos agentes de mercado.

	Consolidado						
	Saldos	Vencidos		Total		PCLD	
	Vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	30/06/11	31/12/10 Reclassificado	30/06/11	31/12/10 Reclassificado
Setor Público	6.275	11	46	6.332	12.876	(46)	(7.137)
Setor Privado	88.445	740	13.775	102.960	104.675	(3.185)	(20.818)
Total	94.720	751	13.821	109.292	117.551	(3.231)	(27.955)
Circulante				86.296	115.341	(1.181)	(7.159)
Não Circulante				22.996	2.210	(2.050)	(20.796)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado e os valores líquidos da PCLD são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS --Continuação

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia - MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a Administração da Companhia entendeu ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

	Consolidado			
	Consumidores	Títulos a Receber	Outros Créditos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010 (reclassificado)	(156.217)	(27.955)	(2.659)	(186.831)
Adições	(204.739)	(1.816)	(8.999)	(215.554)
Reversões	169.521	26.540	10.548	206.609
Baixados a Reserva	23.129	-	-	23.129
Saldos em 30 de junho de 2011	(168.306)	(3.231)	(1.110)	(172.647)

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Consolidado 30/06/11	Consolidado 31/12/10 Reclassificado
Disponíveis para venda						
Banco do Brasil		Fundo de Investimento	mar-13	Variável	17.775	16.973
Banco Nordeste do Brasil	(1)	Carteira de clientes/CDI	Diversos	CDI	29.172	43.792
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jan-13	CDI	6.251	12.211
Banco Nordeste do Brasil		CDB	Diversos	CDI	21.880	20.792
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jan-14	CDI	10.515	9.993
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	dez-12	CDI	15.465	14.367
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	set-18	CDI	8.381	2.729
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	ago-10	CDI	15.126	14.697
Bradesco		3259	fev-11	CDI	-	5
Bradesco		Fundo de Investimento	(*)	CDI	784	9
Bradesco	(2)	CDB/CDI	Diversos	CDI	1.281	1.085
Bradesco	(2)	LFT	jun-11	CDI	1.063	1.273
Bradesco	(2)	CDB	set-13	CDI	1.890	1.510
Banco do Brasil		Fundo de Investimento	out-15	CDI	5.399	5.284
Banco do Brasil		Fundo de Investimento	(*)	CDI	17.672	27.280
Banco do Brasil	(1)	Fundo de Investimento	jul-10	CDI	26.141	19.410
Banco Itaú		Títulos Públicos	set-13	Selic	-	154.050
Banco Itaú		CDB	diversos	CDI	12.433	9.870
Banco Itaú	(2)	CDB	ago-12	CDIC	163.511	895
Caixa Econômica Federal		CDB	diversos	CDI	12.557	8.023
Votorantim		CDB	diversos	CDI	1.259	7.174
Votorantim	(2)	CDB	dez-10	CDI	4.550	7.564
Bradesco	(2)	CDB	out-11	CDI	353	132
Bradesco	(2)	LFT	mar-12	CDI	-	202
Total					373.458	379.320
Circulante					201.460	243.319
Não Circulante					171.998	136.001

(1) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras.

(2) Constituem garantia para contrato de energia.

(*) Aplicações com liquidez sem vencimento pré-determinado.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

		Controladora		Consolidado	
	Ref.	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Circulante					
Imposto de Renda - IR	(1)	96.984	61.738	171.983	91.276
Contribuição Social - CSLL	(1)	5.633	2.605	75.205	14.771
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(2)	-	-	77.376	94.459
Programa de Integração Social - PIS	(3)	5.195	5.650	12.858	27.594
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(3)	1.715	38.308	111.940	158.865
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		-	-	7.471	6.260
IOF		3.674	-	3.674	-
Imposto sobre Serviços - ISS		21	-	1.201	392
Outros		3	3.620	32	13.123
		113.225	111.921	461.740	406.740
Não-Circulante					
Contribuição Social - CSLL		-	-	799	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS		-	-	82.970	78.577
Recuperação Fiscal - REFIS		-	-	2.628	2.527
		-	-	86.397	81.104
Total		113.225	111.921	548.137	487.844

(1) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem, principalmente, aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2° da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos, retenção na fonte referente a serviços prestados e saldo negativo do Imposto de Renda - IR e base de cálculo negativa da CSLL.

(2) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

(3) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, respectivamente, apuração mensal, das retenções/ antecipações de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade de prestação de serviços, conforme disposto no Parecer SRFB COSIT nº 27/2008.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A Neoenergia e suas controladas registraram os tributos e contribuições sociais diferidos sobre diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculo.

Para as empresas que optaram pelo regime fiscal do lucro real, o IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a CSLL, o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente as alíquotas de 9%, 1,65% e 7,6%. Para as empresas que optaram pelo regime fiscal do lucro presumido o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente às alíquotas de 0,65% e 3,0%, as quais são aplicáveis aos contribuintes que elegeram ao regime cumulativo.

	Ativo			
	30/06/11		31/12/10	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda				
Prejuízos Fiscais	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	902.731	226.814	981.303	245.185
	902.731	226.814	981.303	245.185
Contribuição Social				
Base Negativa	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	902.731	81.720	981.303	88.317
	902.731	81.720	981.303	88.317
Total		308.534		333.502

	Passivo			
	30/06/11		31/12/10	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda				
Prejuízos Fiscais	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	529.480	132.202	545.682	135.344
	529.480	132.202	545.682	135.344
Contribuição Social				
Base Negativa	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	529.480	47.653	545.682	49.112
	529.480	47.653	545.682	49.112
Total		179.855		184.456

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS --Continuação

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	Consolidado			
	30/06/11		31/12/10	
Ativo	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	119.605	119.605	108.186	108.186
Provisão para passivo atuarial	302.369	302.369	302.227	302.227
Provisão para demissão voluntária	732	732	1.146	1.146
Provisão Desvalorização de ativos financeiros	5.000	5.000	5.000	5.000
Provisão para contingências	205.557	205.557	186.404	186.404
Provisão Agente Arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	9.354	9.354	19.333	19.333
Pis/Cofins diferidos	65.488	65.488	65.488	65.488
Pesquisa e Desenvolvimento	6.775	6.775	6.776	6.776
Aplicação do "Hedge Accounting"	-	-	-	-
Depreciação indedutível (Provisão para contingências ambientais)	17.584	17.584	4.759	4.759
Diferença entre valor justo do ano corrente e o valor justo da adoção inicial	11.688	11.688	-	-
Déficit plano previdenciário	1.996	1.996	2.130	2.130
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	16.115	16.115	134.647	134.647
Baixa do ativo diferido	-	-	87.062	87.062
Outros	138.369	138.369	56.045	56.046
Total Ativo	902.731	902.731	981.303	981.303

	Consolidado			
	30/06/11		31/12/10	
Passivo	IR	CSLL	IR	CSLL
Precatório Finsocial	11.290	11.290	10.847	10.847
Aplicação do "Hedge Accounting"	1.510	1.510	5.418	5.418
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	62.447	62.447	38.181	38.181
Ajuste da quota anual de amortização	143.954	143.954	143.141	143.141
Capitalização de juros de acordo com o IFRS	139.204	139.204	92.605	92.605
(-) Amortização da capitalização de juros	(19.197)	(19.197)	(7.510)	(7.510)
Déficit plano previdenciário CD	140	140	140	140
Superávit plano previdenciário BD	43.702	43.702	28.757	28.757
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	120.438	120.438	189.384	189.384
Outros	25.992	25.992	44.719	44.719
Total Passivo	529.480	529.480	545.682	545.682

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelos Conselhos de Administração e apreciados pelo Fiscal da Companhia e de suas controladas, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura das controladas e do mercado que as mesmas operam, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está representada a seguir:

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS --Continuação

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de junho de 2011 e 2010.

	Consolidado			
	30/06/11		30/06/10	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil combinado antes do imposto de renda e contribuição social	1.507.326	1.507.057	1.797.537	1.797.537
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(26.096)	(26.096)	(26.753)	(26.753)
Ajustes decorrentes do RTT	(124.515)	(124.515)	(103.677)	(103.677)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	1.356.715	1.356.446	1.667.107	1.667.107
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	339.179	122.080	416.777	150.040
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Amortização Ágio Participação Societária	12.491	4.497	12.741	4.587
JSCP	32.067	11.544	28.706	10.334
Contribuições e Doações	288	104	399	143
Multas Indedutíveis	215	77	639	231
Depreciação Veículos Executivos	213	77	226	82
Excesso Despesas Previdenciárias	1.649	594	1.512	544
Efeito Regime Lucro Presumido	(11.188)	(4.028)	11	3
Outras Adições	9.124	3.797	5.383	1.921
Subtotal Adições	44.859	16.662	49.617	17.845
(-) Exclusões				
Equivalência Patrimonial	(177.454)	(63.879)	(195.461)	(70.366)
Reversão da Provisão do Ágio	(8.027)	(2.890)	(8.392)	(2.795)
Reversão da PMIPL	(4.582)	(1.650)	(4.585)	(1.651)
Incentivo Fiscal SUDENE	(116.491)	-	(158.106)	-
Incentivos Audiovisual/Rouanet e PAT	(2.699)	-	(2.294)	-
Efeito Regime Lucro Presumido	(4.696)	(994)	(9.003)	(2.146)
Outras Exclusões	(14.058)	(5.334)	(391)	(377)
Subtotal Exclusões	(328.007)	(74.747)	(378.232)	(77.335)
Imposto de renda e contribuição social no período	56.031	63.995	88.162	90.550
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social gerado (compensado)	4.731	1.832	4.550	919
Imposto de renda e contribuição social no resultado	60.762	65.827	92.712	91.469
Corrente	45.196	60.011	70.321	84.145
Diferido	15.567	5.816	22.391	7.324
	60.762	65.827	92.712	91.469

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS --Continuação

Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (ñIRPJò) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Neoenergia e suas controladas efetuaram sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009 (ñDIPJò) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa nº 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC´s: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e baixa do ativo diferido), 04 (Ativo Intangível) ï IAS38, 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários) ï IAS39 , 20 (Custos de Empréstimos) ï IAS23, 33 (Benefícios a Empregados) ï IAS19, 38 (Instrumentos Financeiros) ï IAS39 e ICPC 01 (Contratos de Concessão) ï IFRIC12.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo, nos termos da lei.

		Controladora		Consolidado	
					Reclassificado
	Ref.	30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10
Trabalhistas		1.858	1.858	103.644	88.278
Cíveis		-	-	45.324	41.449
Fiscais:					
PIS / COFINS	(a)	91.475	88.599	102.945	99.697
IRRF sobre Juros sobre capital próprio	(b)	-	-	8.977	8.977
Incentivo Fiscal SUDENE		-	-	38.378	35.883
Outros		-	-	21.300	20.540
Outros		-	-	19.525	9.728
Total		93.333	90.457	340.093	304.552

(a) Em 2006, a Neoenergia impetrou o mandado de segurança nº 2005.51.01.009039-0 visando impedir a cobrança de créditos tributários de PIS/COFINS que supostamente deixaram de ser recolhidos sobre o recebimento de juros sobre capital próprio (JCP) sendo proferida sentença nos autos do referido processo concedendo a segurança para declarar o direito da Neoenergia de não recolher as contribuições de PIS e COFINS sobre os valores recebidos a título de juros sobre capital próprio e de suas controladas e coligadas, bem como à compensação das parcelas recolhidas indevidamente nos últimos 10 anos, tendo a Fazenda Nacional interposto recurso de apelação. Em 12/04/2010, a 4ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região deu provimento ao recurso de apelação da União e à remessa necessária, para reformar a sentença favorável à Neoenergia proferida nos autos do referido mandado de segurança. A Neoenergia efetuou o depósito judicial do valor do PIS no montante de R$ 8.719 e da COFINS no montante de R$ 68.167, nos termos do artigo 63, §2º da Lei nº 9.430/96.

(b) As controladas Coelba, Celpe e Cosern acolheram determinação judicial, emanada de Mandado de Segurança individual impetrado pela Neoenergia S.A. (Guaraniana à época), processo nº 2002.5101000216/4, na qual as controladas foram oficiadas a depositar os valores do imposto de renda retido na fonte - IRRF, incidente sobre os Juros sobre Capital Próprio - JSCP, lançado em dezembro de 2001 nas empresas Coelba, Celpe e Cosern, em favor da Neoenergia S.A., que deveriam ser recolhidos à Receita Federal. Em julho de 2010 foi proferida decisão judicial favorável à União Federal e a mesma levantou o referido depósito. Em conseqüência disto, a Neoenergia registrou o respectivo crédito fiscal em 2010 no valor de R$ 19.661.

12. ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 10, de 07 de agosto de 1997 e aditivos posteriores, nº 26, de 30 de março de 2000 e aditivos posteriores, e nº 08, de 31 de dezembro de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a COELBA, CELPE e COSERN (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas Companhias, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

12. ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO) -- Continuação

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 16).

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da COELBA, CELPE e COSERN é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	722.164
Adições	28.473
Baixas	(142)
Ajuste - Valor Justo	38.712
Saldo em 30 de Junho de 2011	789.207

As concessões de distribuição da Companhia não são onerosas. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

13. OUTROS CRÉDITOS

		Controladora		Consolidado	
					Reclassificado
	Ref.	30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(a)	-	-	76.043	86.961
Adiantamentos a Empregados		50	31	10.654	2.475
Adiantamentos a Fornecedores		42	62	8.864	8.360
Serviços Prestados a Terceiros		-	-	5.707	5.876
RGR a compensar		-	-	643	701
Precatório - Finsocial	(b)	-	-	11.290	10.845
Desativações em Curso		-	-	10.936	9.515
Dispêndios a Reembolsar em Curso	(c)	-	-	29.747	24.921
Adiantamentos		-	-	592	471
Serviços em curso	(d)	-	-	148.504	96.588
Concessão de Serviço Público		-	-	26.615	28.729
Outros créditos a receber		15.357	12.865	39.215	80.155
Total		15.449	12.958	368.810	355.597
Ativo Circulante		329	328	339.391	310.998
Ativo Não Circulante		15.120	12.630	29.419	44.599

(a) O Governo Federal, através da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, com impacto significativo na receita operacional das controladas Coelba, Celpe e Cosern. Por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, foram definidas as fontes para concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, decorrente dos novos critérios estabelecidos no art.1° da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e conforme o estabelecido no art. 5° da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

(b) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003 pela controlada Coelba, no valor de R$ 18.776, com expectativa de realização do saldo, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual - LOA, em 10 (dez) prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, já tendo sido liberadas as 5 (cinco) primeiras parcelas anuais.

(c) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsáveis pelos beneficiários.

(d) Referem-se aos gastos com pessoal, material e serviços na execução de serviços próprios e de terceiros, enquanto em curso, pelo sistema de Ordem de Serviço - ODS.

14. INVESTIMENTOS

Informações sobre as investidas.

Investidas	Ref.	Data-base	Ações possuídas (em milhares) Ordinárias	Preferenciais	Participação no capital Integralizado %	Capital Realizado	Patrimônio Líquido	Lucro/Prejuízo Líquido no período
COELBA		30/06/11	98.122	67.179	87,84	542.163	2.270.293	408.289
		30/06/10	98.122	67.179	87,84	542.163	2.376.712	192.939
CELPE		30/06/11	66.023	864	89,65	590.174	1.628.287	160.242
		30/06/10	66.023	864	89,65	590.174	1.551.371	150.362
COSERN		30/06/11	110.782	31.153	84,45	63.084	701.994	87.673
		30/06/10	110.782	31.153	84,45	179.787	719.912	55.708
ITAPEBI		30/06/11	44.100	-	42,00	105.000	298.406	27.284
		30/06/10	44.100	-	42,00	105.000	336.836	18.655
TERMOPE		30/06/11	214.570	-	100,00	214.570	423.370	45.520
		30/06/10	214.570	-	100,00	214.570	404.364	52.360
BAGUARI I	(4)	30/06/11	87.133	-	100,00	87.133	90.661	5.402
		30/06/10	76.000	-	100,00	87.133	91.533	3.500
GOIAS SUL	(5)	30/06/11	109.643	-	100,00	188.446	182.107	1.532
		30/06/10	109.643	-	100,00	109.643	101.772	(1.517)
GERAÇÃO C III	(6)	30/06/11	128.566	-	100,00	147.575	155.906	8.161
		30/06/10	70.265	-	100,00	128.566	129.623	2.794
RIO PCH I	(8)	30/06/11	74.166	-	75,00	105.951	112.606	6.626
		30/06/10	74.166	-	75,00	105.951	106.386	(423)
BAHIA PCH I	(9)	30/06/11	49.174	-	100,00	91.067	95.546	3.978
		30/06/10	49.174	-	100,00	49.174	56.234	3.484
SE NARANDIBA		30/06/11	16.000	-	100,00	16.000	15.568	(347)
		30/06/10	1	-	100,00	16.000	15.916	(17)
AGUAS DA PEDRA	(7)	30/06/11	145.557	-	51,00	253.000	291.894	42.447
		30/06/10	145.557	-	51,00	253.000	248.749	(638)
TERMOAÇU	(1)	30/06/11	290.047	-	23,13	161.849	165.985	1.573
		30/06/10	290.047	-	23,93	161.849	166.208	460
GERAÇÃO CÉU AZUL		30/06/11	1	-	100,00	5.231	4.890	(22)
		30/06/10	1	-	100,00	366	47	(44)
NC ENERGIA		30/06/11	13.600	-	100,00	15.486	53.748	7.617
		30/06/10	13.600	-	100,00	13.600	44.348	10.071
NEOSERV	(2)	30/06/11	1	-	100,00	2.631	3.717	940
		30/06/10	1	-	100,00	726	4.951	862
GARTER		30/06/11	1	-	100,00	-	44	(6)
		30/06/10	1	-	100,00	-	48	-
AFLUENTE GERAÇÃO	(3)	30/06/11	98.122	67.179	87,84	30.916	40.153	3.548
		30/06/10	98.122	67.179	87,84	30.916	40.791	1.419
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(3)	30/06/11	55.416	67.179	87,84	63.084	75.243	10.122
		30/06/10	55.417	67.179	87,84	63.084	78.904	6.126
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(10)	30/06/11	198.001	-	100,00	200.001	208.981	4.524
		30/06/10	-	-	-	-	-	-
NORTE ENERGIA		30/06/11	180.010	-	100,00	105.259	105.680	643
		30/06/10	-	-	-	-	-	-
ENERGYWORKS	(11)	30/06/11	214.479	-	100,00	117.964	133.108	(60)
		30/06/10	-	-	-	-	-	-
NEOINVEST		30/06/11	24.200	-	100,00	24.200	22.301	197
		30/06/10	1	-	100,00	16.900	16.897	-
TELES PIRES	(12)	30/06/11	1	-	100,00	-	-	-
		30/06/10	-	-	100,00	-	-	-

14. INVESTIMENTOS--Continuação

(1) Termoaçu

A Termoaçu é uma usina termelétrica que tem como acionistas a Neoenergia e a Petrobrás. A energia elétrica gerada é destinada a suprir as distribuidoras de energia elétrica do Grupo Neoenergia e o vapor é usado pela Petrobrás para injeção contínua nos seus poços de petróleo, aumentando sua produção na região.

Em 18 de abril de 2005 foi firmado um Acordo de Acionistas que ratificou a transferência da gestão operacional do projeto Termoaçu para a Petrobras, motivo pelo qual essa empresa foi consolidada na Neoenergia proporcionalmente ao percentual de participação. O investimento da Neoenergia na Termoaçu continuará sendo avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

Em 08 de setembro de 2008, em razão de impasse em relação às condições comerciais da Termoaçu, os acionistas decidiram iniciar procedimento arbitral e firmaram um Acordo de Cooperação, garantindo o início da operação e estabelecendo disposições transitórias até a conclusão do processo. Como parte do Acordo de Cooperação, foi firmado contrato de locação pela Termoaçu à Petrobras, que deverá explorar, operar e manter as instalações da Usina.

As partes acordaram que a decisão do tribunal arbitral deverá retroagir para abranger no cálculo da condenação o período de vigência do Acordo de Cooperação.

O saldo do investimento líquido é composto como segue:

	Consolidado	
	30/06/11	31/12/10
Investimentos - ações	260.480	259.124
Ágio	31.738	31.738
(-) Provisão p/perda	(49.186)	(49.186)
Investimento líquido	243.032	241.676

A Administração, baseada no plano de negócios do projeto e considerando o atual estágio do processo arbitral, não prevê perdas adicionais às já registradas. No evento do resultado do procedimento arbitral ser desfavorável a Companhia, é provável que o valor recuperável do investimento seja reduzido.

14. INVESTIMENTOS--Continuação

(2) Neoenergia Serviços

Em 08 de novembro de 2001, a Companhia, em sociedade com a NC Energia S.A. constituiu a Termo NC Ltda., que a partir de 12 de julho de 2007 adotou a razão social de Neoenergia Serviços LTDA - NEOSERV. A Companhia detém em conjunto com a NC Energia 100% do capital total da NEOSERV.

(3) Afluente Geração e Afluente Transmissão

A Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. foi constituída em 31 de agosto de 2005, atendendo a segregação de atividades na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba no processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal e em atendimento ao contrato de concessão firmado entre a Coelba e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que anui com a versão patrimonial e conseqüentemente transfere a concessão de geração e transmissão de energia elétrica para uma empresa subsidiária.

A controlada comunicou, através de fato relevante, publicado em 16 de janeiro de 2009, que os diretores da Afluente e da Imanisse Participações S.A. (Imanisse), ambas controladas pela Neoenergia S.A., celebraram Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Afluente (Protocolo de Cisão), tendo por objeto a reestruturação societária da Afluente, mediante a cisão parcial dos ativos e passivos relacionados a atividade de transmissão desta controlada, e a incorporação desta parcela cindida pela Imanisse.

Em reunião de Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizada no dia 1º de dezembro de 2009, foi aprovado o Processo de Cisão da Afluente.

A cisão parcial da Afluente-G foi submetida à deliberação de seus acionistas em 29 de dezembro de 2009 e aprovada em Assembléia Geral Extraordinária de cada uma destas companhias, com a absorção da parcela cindida de seu patrimônio no montante de R$ 63.084, em virtude do acervo líquido vertido, pela Afluente-T (atual denominação social da Imanisse Participações S.A.).

14. INVESTIMENTOS--Continuação

(4) Baguari I

A Baguari I Geração de Energia S.A. foi constituída em 11 de janeiro de 2006, com o propósito de participar do Consórcio UHE Baguari, com participação de 51% da Neoenergia, e onde participam também a SPE (49%) formada por CEMIG e Furnas. O Consórcio UHE Baguari é responsável pela construção e operação da UHE Baguari, empreendimento localizado no rio Doce, no estado de Minas Gerais. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 140 MW e energia assegurada de 81,4 MW médios. As obras para a implantação da UHE se iniciaram em 10 de maio de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 09 de setembro de 2009.

(5) Goiás Sul

A Goiás Sul foi criada com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW). A energia assegurada total é de 29,47 MW médios, sendo 17,09 MW médios para Goiandira e 12,37 MW médios para Nova Aurora. As obras para a implantação das PCHs se iniciaram em 31 de julho de 2007 e a PCH Goiandira entrou em operação comercial em dezembro de 2010 e a PCH Nova Aurora em março de 2011.

(6) Geração C III

A Geração C III S.A. foi constituída com o propósito de participar do Consórcio Empreendedor Corumbá III, com a participação de 60%, onde também participam do consórcio a Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Companhia Energética de Goiás (CELG). O Consórcio Empreendedor Corumbá IIII é responsável pela construção da UHE Corumbá III, empreendimento localizado no rio Corumbá, no Estado de Goiás. A energia será gerada através de duas unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 93,6 MW e energia assegurada de 50,9 MW médios. As obras para implantação da UHE se iniciaram em 31 de agosto de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 24 de outubro de 2009.

14. INVESTIMENTOS--Continuação

(7) Energética Águas da Pedra (Dardanelos)

A Neoenergia adquiriu no leilão de energia nº 004/06, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 10 de outubro de 2006, a concessão para construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Dardanelos, com potência de 260 MW, localizada no rio Aripuanã, no estado do Mato Grosso. O Consórcio Aripuanã, formado pela Neoenergia, Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), ELETRONORTE, e pela Construtora Norberto Odebrecht (CNO) é responsável pela construção da UHE Dardanelos. Posteriormente, a Neoenergia assumiu a investimento da CNO, ampliando sua participação no Consórcio para 51%. A UHE encontra-se preparada para entrar em operação comercial e aguarda a linha de transmissão para conexão ao sistema interligado, que está estimada para ser finalizada em agosto de 2011.

(8) RIO PCH I

A Rio PCH I foi constituída em 26 de janeiro de 2007, onde a Neoenergia tem participação majoritária em 75% e os 25% restantes pertencem à Performance Centrais Hidrelétricas Ltda., onde estão implantadas as Pequenas Centrais Elétricas de Pirapetinga (20MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no rio Itabapoana, divisa dos estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A PCH Pirapetinga e Pedra do Garrafão entraram em operação comercial em agosto e setembro de 2009, respectivamente.

(9) BAHIA PCH I

A Bahia PCH I foi criada com o propósito de construir, operar e manter a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério - BA. A energia será gerada através de duas unidades geradoras que terão potência instalada de 25 MW. Sua entrada em operação comercial ocorreu em julho de 2010, com venda de energia a partir de dezembro de 2009 para sustentar o lastro do início do período de suprimento, conforme contrato bilateral.

(10) Belo Monte Participações

A Neoenergia possui a participação de 100% da BELO MONTE PARTICIPAÇÕES. A BELO MONTE PARTICIPAÇÕES ingressou no Consórcio Norte Energia com a participação de 10%, para a construção da usina hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu, Estado Pará com a potência instalada de 11.233 MW.

14. INVESTIMENTOS--Continuação

(11) EnergyWorks

Em 03 de janeiro de 2011 a Neoenergia firmou contrato com o Grupo Iberdrola, seu acionista, para compra da empresa de cogeração EnergyWorks do Brasil Ltda, que possui seis plantas de geração de energia elétrica e vapor, movidas a gás natural, instaladas em indústrias dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Ceará.

A EnergyWorks tem uma capacidade instalada atual de 93 MW e produção de 405 ton/h de vapor. A empresa foi fundada nos Estados Unidos em 1995 pela Pacific Corporation e iniciou suas operações em 1997, sendo a primeira de cogeração a operar no Brasil com plantas na modalidade de Produtor Independente de Energia & PIE.

A aquisição da EnergyWorks do Brasil Ltda foi efetuada a valor de mercado, pelo montante global de R$ 162.264, liquidado em dinheiro. O valor contábil da controlada na data da aquisição era de R$ 130.973. A Companhia está atualmente no período de mensuração e alocação do preço de compra, conforme preconiza o CPC 15 (IFRS 3R), tendo contratado consultor externo para proceder essa análise. Preliminarmente, o excesso sobre o valor patrimonial da adquirida foi alocado aos ativos intangíveis identificáveis nas demonstrações financeiras consolidadas, vinculados aos contratos de geração e fornecimento de energia em estabelecimentos industriais. Assim, o valor justo preliminar da adquirida está como segue:

	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	**17.159**
Ativo Imobilizado	**94.461**
Ativo Intangível	**42.659**
Outros ativos	**14.002**
Passivo circulante	**(4.570)**
Passivo não circulante	**(1.447)**
	162.264

A Aquisição da controlada se coaduna com os objetivos estratégicos da Companhia de investir no segmento de geração de energia.

14. INVESTIMENTOS--Continuação

(12) Teles Pires

O Consórcio Teles Pires Energia Eficiente, formado por Neoenergia (50,1%), Furnas (24,5%), Eletrosul (24,5%) e Odebrecht (0,9%) adquiriu no leilão de energia A-5, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 17 de dezembro de 2010, a concessão para a construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires e as respectivas instalações de transmissão.

A Usina será construída no rio de mesmo nome, entre os municípios de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA) e terá potência instalada de 1.820 MW, o equivalente ao fornecimento de energia para cerca de cinco milhões de pessoas. A parcela de energia produzida e negociada no leilão será objeto de Contratos de Comercialização de Energia, com prazo de duração de 30 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2015.

14. INVESTIMENTOS--Continuação

Apresentamos abaixo a movimentação do saldo de investimentos:

	Saldos em 31 de dezembro de 2010	Aumento de capital	Redução de Capital	Perda de Capital	Ajuste	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Dividendos e JSCP	Saldos em 30 de junho de 2011
NEOINVEST.	22.104	-	-	-	-	196	-	-	22.300
COELBA	2.544.266	-	-	-	9.717	360.299	(18.317)	(463.817)	2.432.148
CELPE	1.890.423	-	-	-	10.669	143.571	(19.755)	(85.291)	1.939.617
COSERN	812.653	-	-	-	2.827	74.041	(7.800)	(91.984)	789.737
ITAPEBI	167.986	-	-	-	-	12.206	(1.537)	(28.346)	150.309
TERMOPE	434.912	-	-	-	-	45.527	(2.294)	(26.514)	451.631
AFLUENTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BAGUARI I	91.533	-	-	-	-	5.402	-	(6.274)	90.661
GOIAS SUL	101.772	78.803	-	-	-	1.532	-	-	182.107
GERAÇÃO CIII	129.623	19.009	-	-	-	8.161	-	(887)	155.906
RIO PCH I	91.839	-	-	(2.519)	-	4.637	-	(285)	93.672
BAHIA PCH I	56.234	41.892	-	-	-	3.978	-	(6.559)	95.545
SE NARANDIBA	15.916	-	-	-	-	(349)	-	-	15.567
AGUAS DA PEDRA	126.862	-	-	-	-	23.627	-	-	150.489
TERMOAÇU	241.676	-	-	-	-	1.356	-	-	243.032
GERAÇÃO CÉU AZUL	46	4.865	-	-	-	(21)	-	-	4.890
NC ENERGIA	44.348	1.886	-	-	-	7.617	-	(1.328)	52.523
NEOSERV	50	1	-	-	-	9	-	(16)	44
GARTER	50	-	-	-	-	(4)	-	-	46
AFLUENTE GERAÇÃO	35.832	-	-	-	-	3.120	-	(3.679)	35.273
AFLUENTE TRANSMISSÃO	69.312	-	-	-	-	8.861	-	(9.860)	68.313
BELO MONTE PART.	202.412	-	-	-	-	4.479	-	-	206.891
ENERGY WORKS	-	161.652	-	-	-	(60)	-	-	161.592
BAHIA PCH I	-	878	-	-	-	-	-	-	878
PCH ALTO RIO GRANDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**7.079.849**	**308.986**	**-**	**(2.519)**	**23.213**	**708.185**	**(49.703)**	**(724.840)**	**7.343.171**

15. IMOBILIZADO

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados consolidados está composto da seguinte forma:

	30/06/2011					31/12/2010
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço						Reclassificado
Terrenos		64.232	(365)	-	63.867	56.285
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	4%	1.433.796	(188.219)	-	1.245.577	1.032.448
Máquinas e Equipamentos	5%	1.298.848	(359.158)	-	939.690	813.053
Veículos	20%	1.805	(842)	-	963	748
Móveis e Utensílios	9%	5.328	(1.346)	-	3.982	3.891
Outros		366.414	(7.468)	-	358.946	15.833
Subtotal		3.170.423	(557.398)	-	2.613.025	1.922.258
Em curso						
Terrenos		5.699	-	-	5.699	19.950
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		400.821	-	-	400.821	604.164
Máquinas e Equipamentos		348.507	-	-	348.507	433.746
Veículos		205	-	-	205	168
Móveis e Utensílios		472	-	-	472	65
Material em Depósito		-	-	-	-	21.290
Outros		306.451	-	-	306.451	548.974
Subtotal		1.062.155	-	-	1.062.155	1.628.357
Total		4.232.578	(557.398)	-	3.675.180	3.550.615

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A ANEEL, através do ofício nº 459/2001 - SFF/ANEEL, de 26/06/2001, autorizou a doação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas no âmbito do financiamento direto, repasse e emissão de debêntures na controlada Itapebi.

15. IMOBILIZADO -- Continuação

A mutação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.339.257	(416.999)	-	1.922.258	1.628.357	-	1.628.357	3.550.615
Adições	184.415	(86.794)	-	97.621	103.924	-	103.924	201.545
Baixas	(22.684)	-	-	(22.684)	(2.897)	-	(2.899)	(25.583)
Amortização	-	(52.458)	-	(52.458)	-	-	-	(52.458)
Transferências	669.435	(1.147)	-	668.288	(667.229)	-	(667.227)	1.061
Saldo em 30 de junho de 2011	3.170.423	(557.398)	-	2.613.025	1.062.155	-	1.062.155	3.675.180

16. INTANGÍVEL

O ativo intangível está constituído por: (i) direitos de uso da infra-estrutura construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público, (ii) ágio atribuído à concessão e (iii) outros formado essencialmente por direitos de uso de software.

	30/06/11				31/12/10
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Direito de Uso da Concessão	5,28	5.797.023	(1.617.835)	4.179.188	4.315.985
Ágio atribuído a Concessão	4,57	2.355.830	(1.111.701)	1.244.129	1.243.531
Direito de Uso de Software	19,61	1.986	(1.200)	786	-
Outros		75.235	(5.400)	69.835	100.108
Subtotal		8.230.074	(2.736.136)	5.493.938	5.659.624
Em curso					
Direito de Uso da Concessão		1.125.493	(31.226)	1.094.267	640.644
Direito de Uso de Software		211	-	211	
Outros		20.279	-	20.279	(23.484)
Subtotal		1.145.983	(31.226)	1.114.757	617.160
Total		9.376.057	(2.767.362)	6.608.695	6.276.784

16. INTANGÍVEL -- Continuação

A movimentação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (Reclassificado)	6.940.778	(955.203)	(349.642)	5.635.933	644.686	(3.835)	640.851	6.276.784
Adições	8.962	(2.987)	(1)	5.974	699.209	(91.909)	607.300	613.274
Baixas	(4.876)	(10.430)	2.040	(13.266)	(2.995)	-	(2.995)	(16.261)
Amortização	-	(276.787)	58.540	(218.247)	-	-	-	(218.247)
Transferências	144.899	-	(61.355)	83.544	(198.800)	68.401	(130.399)	(46.855)
Saldo em 30 de junho de 2011	7.089.763	(1.245.407)	(350.418)	5.493.938	1.142.100	(27.343)	1.114.757	6.608.695

(a) Direito de uso da infra-estrutura

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da COELBA, CELPE e COSERN entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável - concessão (Vide nota explicativa nº 12).

(b) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

16. **INTANGÍVEL**--Continuação

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média de 4,91%, 4,08% e 5,31% na COELBA, CELPE e COSERN, respectivamente, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (na COELBA e COSERN, a partir de abril de 2008 e na CELPE, a partir de abril de 2009).

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(c) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e

- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

17. FORNECEDORES

A Composição do saldo em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
Fornecedores	30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10 Reclassificado
Energia Elétrica:				
Terceiros	-	-	312.013	351.526
Encargos de Uso da Rede	-	-	65.082	62.777
Materiais e Serviços	1.260	1.455	233.360	234.521
Energia Livre	-	-	88.159	123.218
Total	1.260	1.455	698.614	772.042
Circulante	1.260	1.455	685.508	759.320
Não Circulante	-	-	13.106	12.722

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS

		Consolidado					
	Taxa	Encargos		Principal		Total	
Composição da dívida	Efetiva	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	30/06/11	31/12/10 Reclassificado
Moeda nacional							
Banco do Nordeste	10% a.a.	-	-	10.013	16.384	26.397	31.928
(-) Custos de transação		-	-	-	-	-	-
Operações com Swap		-	-	-	-	-	-
Subtotal - Banco do Nordeste		-	-	10.013	16.384	26.397	31.928
BNB	10% a 10,50% a.a. / TJLP +	1.172	-	84.029	319.480	404.681	352.111
(-) Custos de transação	3,21% a.a.	-	-	(1.297)	(3.539)	(4.836)	(5.506)
Operações com Swap		-	-	-	-	-	-
Subtotal - BNB		1.172	-	82.732	315.941	399.845	346.605
BNB 6	10% a 10,11% a.a.	123	-	26.884	107.538	134.545	134.521
(-) Custos de transação		-	-	(154)	(275)	(429)	(513)
Operações com Swap		-	-	-	-	-	-
Subtotal - BNB 6		123	-	26.730	107.263	134.116	134.008
BNDES	4,25% a 4,50% a.a. / TJPL +	3.149	-	80.466	758.761	842.376	1.338.903
(-) Custos de transação	2,12% a 3,12% a.a.	-	-	(600)	(2.000)	(2.600)	(2.900)
Operações com Swap		-	-	-	-	-	-
Subtotal - BNDES		3.149	-	79.866	756.761	839.776	1.336.003
BNDES FINEM	2,12% a 8,06% a.a. / TJLP +	2.132	-	191.352	937.684	1.131.168	634.554
(-) Custos de transação	3,12% a 4,30% a.a.	-	-	(49)	(64)	(113)	(139)
Operações com Swap		-	-	-	-	-	-
Subtotal - BNDES FINEM		2.132	-	191.303	937.620	1.131.055	634.415
Eletrobrás	5% a 5,45% a.a.	-	-	48.911	227.516	276.427	282.217
(-) Custos de transação		-	-	(164)	(644)	(808)	16.935
Operações com Swap		-	-	-	-	-	-
Subtotal - Eletrobrás		-	-	48.747	226.872	275.619	299.152
FINEP		200	-	14.499	81.983	96.682	95.754
(-) Custos de transação		-	-	(196)	(508)	(704)	(739)
Operações com Swap	TJLP + 2% a 5% a.a. / 5% a	-	-	-	-	-	-
Subtotal - FINEP	5,27% a.a.	200	-	14.303	81.475	95.978	95.015
BNP Paribas		-	-	-	-	-	18.017
(-) Custos de transação		-	-	-	-	-	-
Operações com Swap		-	-	-	-	-	-
Subtotal - BNP Paribas		-	-	-	-	-	18.017
Banco do Brasil	12,15% a 15,6% a.a. / CDI +	36.867	27.163	-	940.872	1.004.902	864.524
(-) Custos de transação	1% a.a.	-	-	(3.881)	(7.542)	(11.423)	(14.434)
Operações com Swap		-	-	-	(1.359)	(1.359)	(14.633)
Subtotal - Banco do Brasil		36.867	27.163	(3.881)	931.971	992.120	835.457
BONDS BRL		8.225	-	-	400.000	408.225	-
(-) Custos de transação		-	-	(777)	(2.973)	(3.750)	-
Operações com Swap		-	-	-	-	-	-
Subtotal - BONDS BRL		8.225	-	(777)	397.027	404.475	-
Outros	2% a.a. / 5,5% a.a.	-	-	16	43	59	69
(-) Custos de transação		-	-	-	-	-	-
Operações com Swap		-	-	-	-	-	-
Subtotal - Outros		-	-	16	43	59	69
Total moeda nacional		**51.868**	**27.163**	**449.052**	**3.771.357**	**4.299.440**	**3.730.669**
Moeda estrangeira							
Banco Interamericano Desenvolvimento ï BID	VC + 3% a.a.	-	-	-	-	-	1.216
(-) Custos de transação		-	-	-	-	-	-
Operações com Swap		-	-	-	-	-	1.168
Subtotal - Banco Interamericano Desenvolvimento ï BID		-	-	-	-	-	2.384
Kreditanstalt fur Wiederaufbau ï KfW	2% a.a. / 4,5% a.a.	-	-	1.145	5.882	7.027	6.916
(-) Custos de transação		-	-	-	-	-	-
Operações com Swap		-	-	144	(274)	(130)	670
Subtotal - Kreditanstalt fur Wiederaufbau ï KfW		-	-	1.289	5.608	6.897	7.586
Safra Cayman		-	-	5.605	219.336	224.941	234.451
(-) Custos de transação		-	-	-	-	-	-
Operações com Swap		-	-	44.887	18.089	62.976	60.866
Subtotal - Safra Cayman		-	-	50.492	237.425	287.917	295.317
BANK OF AMERICA		47	-	(249)	13.827	13.625	-
(-) Custos de transação		-	-	-	-	-	-
Operações com Swap		-	-	395	756	1.151	-
Subtotal - BANK OF AMERICA		47	-	146	14.583	14.776	-
Títulos Externos	Libor + 1,87% a.a.	-	-	-	-	-	-
(-) Custos de transação		-	-	-	-	-	-
Operações com Swap		-	-	-	-	-	-
Subtotal - Títulos Externos		-	-	-	-	-	-
Total moeda estrangeira		**47**	**-**	**51.927**	**257.616**	**309.590**	**305.287**
Total		**51.915**	**27.163**	**500.979**	**4.028.973**	**4.609.030**	**4.035.956**

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS--Continuação

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, imóveis administrativos, fiança bancária ou aplicações financeiras vinculadas (contas reservas), cessão condicional de contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão, manutenção de conta reserva e aval da Neoenergia S.A..

a) Captações de recursos:

Coelba

Banco do Nordeste do Brasil ï BNB, captação da 3ª parcela no montante de R$ 40.590 para financiamento dos investimentos em 2011, proveniente do Contrato de Abertura de Crédito no valor de R$ 284.132, assinado em setembro de 2010, com prazo de 8 anos, a ser amortizado em 72 parcelas mensais a partir de outubro de 2012, com custo de 10% a.a. e juros pagos trimestralmente durante a carência e mensalmente após a carência. Foram dadas como garantia a este financiamento a centralização de recebíveis, fundo de liquidez e aval da Neoenergia.

Celpe

Financiadora de Estudos e Projetos ï FINEP: A Companhia recebeu R$ 2.947 da FINEP para financiar o seu Projeto de Inovação, proveniente do Contrato de Financiamento assinado em Outubro de 2009. O contrato tem vencimento em fevereiro de 2018, será amortizado em 80 parcelas mensais a partir de junho de 2011, com custo de TJLP - 6% + 5% a.a. e juros pagos semestralmente.

Banco do Brasil ï BB: A Companhia recebeu R$ 75.000 do BB referente a uma linha de crédito rural do Banco, com vencimento em janeiro de 2014, amortização em uma única parcela ao final do contrato, com custo de 98,5% do CDI e juros pagos mensalmente.

Banco Safra ï A Companhia recebeu R$ 143.000 referentes a operações de curto prazo para cobertura de caixa com o Banco Safra, sendo a primeira no montante de R$ 18.000, vencimento em 04 de abril de 2011 e custo de 107,5% do CDI e a segunda operação no valor de R$ 125.000, vencimento em 27 de abril de 2011 e custo de 106,5% do CDI. Ambos com prazo de 3 meses, juros pagos mensalmente e amortização em parcela única no vencimento.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS--Continuação

b) Condições restritivas financeiras (covenants):

Os contratos mantidos com o BNDES/FINEM e os Títulos Externos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos.

Nas informações trimestrais de 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

c) Vencimento das parcelas de longo prazo:

	Consolidado					
	30/06/11			31/12/10		
	Dívida	Custos Transação	Total Líquido	Dívida	Custos Transação	Total Líquido
2011	-	-	-	-	-	-
2012	341.737	(3.314)	338.424	571.412	5.645	577.057
2013	379.892	(5.553)	374.339	355.689	(5.172)	350.517
2014	991.834	(4.812)	987.022	784.911	(4.313)	780.598
2015	792.418	(2.674)	789.743	750.710	(2.022)	748.688
Após 2015	1.567.801	(1.193)	1.566.608	1.034.653	(881)	1.033.772
Total	4.073.681	(17.546)	4.056.136	3.497.375	(6.743)	3.490.632

d) Mutação dos empréstimos e financiamentos:

	Consolidado				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Passivo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	494.735	3.235.935	50.589	254.697	4.035.956
Ingressos	703	823.286	142.662	15.000	981.651
Encargos	141.557	35.660	3.793	-	181.010
Variação monetária e cambial	(47)	2	(54)	(15.300)	(15.399)
Swap	-	(1.245)	22.931	11.318	33.004
Efeito cumulativo marcação a mercado	209	(536)	(4.412)	8.280	3.541
Transferências	222.939	(222.939)	16.378	(16.379)	(1)
Amortizações e pagamentos de juros	(362.475)	(66.478)	(179.913)	-	(608.866)
(-) Custos de Transação	3.299	(5.165)	-	-	(1.866)
Saldos em 30 de junho de 2011	500.920	3.798.520	51.974	257.616	4.609.030

19. DEBÊNTURES E ENCARGOS

Para a 3ª Emissão de debêntures nas empresas Coelba e Celpe foram dadas garantias de receita própria e aval do acionista controlador.

							Consolidado				
							30/06/11				31/12/10
							Encargos	Principal			
Empresa	Debêntures	Série	Quantidade de Títulos Emitidos	Remuneração	Taxa Efetiva	Swap	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Total
COELBA	3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.			621	5.270	9.011	14.902	20.798
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	(283)
	Operações com swap						-	15.629	25.351	40.980	48.617
	Subtotal - 3ª Emissão				11,62%	IGPM + 13,95% a.a.	621	20.899	34.362	55.882	69.132
	5ª Emissão	2ª		IGPM + 10,8% a.a.			-	-	-	-	112.793
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	(77)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
	Subtotal - 5ª Emissão				10,90%	Não aplicável.	-	-	-	-	112.716
	6ª Emissão	Única		CDI + 0,6% a.a.			2.628	78.641	196.638	277.907	317.554
	(-) Custos de transação						-	(463)	(498)	(961)	(1.247)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
	Subtotal - 6ª Emissão				11,52%	Não aplicável.	2.628	78.178	196.140	276.946	316.307
	7ª Emissão	Única		CDI + 0,6% a.a.			272	-	80.000	80.272	80.309
	(-) Custos de transação						-	(93)	(49)	(142)	-
	Operações com swap				-		-	-	-	-	-
	Subtotal - 7ª Emissão						272	(93)	79.951	80.130	80.309
CELPE	2ª Emissão	1ª		108,5% do CDI			5.048	97.959	146.939	249.946	299.300
	(-) Custos de transação						-	(883)	(423)	(1.306)	(1.918)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
	Subtotal - 2ª Emissão				15,27%	Não aplicável.	5.048	97.076	146.516	248.640	297.382
	2ª Emissão	2ª		Variação IGPM + 10,95%			4.112	41.520	-	45.632	42.033
	(-) Custos de transação						-	(3)	-	(3)	(18)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
	Subtotal - 2ª Emissão				18,62%	Não aplicável.	4.112	41.517	-	45.629	42.015
	3ª Emissão	Única		105% do CDI			568	85.000	85.000	170.568	170.646
	(-) Custos de transação						-	(128)	(24)	(152)	(253)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
	Subtotal - 3ª Emissão				13,67%	Não aplicável.	568	84.872	84.976	170.416	170.393
	4ª Emissão	Única		111,3% do CDI			8.717	-	360.000	170.264	-
	(-) Custos de transação						-	(285)	(1.119)	(1.404)	-
	Operações com swap						-	-	-	-	-
	Subtotal - 4ª Emissão						8.717	(285)	358.881	367.313	-
COSERN	3ª Emissão	Única		CDI + 1,3% a.a.			-	-	-	-	-
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	-
	Operações com swap						-	-	-	-	-
	Subtotal - 3ª Emissão						-	-	-	-	-
COSERN	4ª Emissão	Única		CDI + 0,6% a.a			1.215	36.352	90.896	128.463	146.790
	(-) Custos de transação						-	(321)	(373)	(694)	(881)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
	Subtotal - 4ª Emissão				11,50%	Não aplicável	1.215	36.031	90.523	127.769	145.909
TERMOPE	2ª emissão	1ª		105% CDI a.a	CDI + 0,50% a.a.		2.506	84.000	268.000	354.506	389.281
	(-) Custos de transação						-	(316)	(1.009)	(1.325)	-
	Operações com swap						-	-	-	-	-
	Subtotal - 2ª emissão					Não aplicável	2.506	83.684	266.991	353.181	389.281
ITAPEBI	1ª Emissão	1ª		IGPM+9,5%	GPM + 9,71% a.a.		-	-	-	-	55.447
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	-
	Operações com swap						-	-	-	-	-
	Subtotal - 1ª Emissão					Não aplicável	-	-	-	-	55.447
	2ª Emissão	2ª		IGPM+9,5%	GPM + 9,70% a.a.		-	-	-	-	52.580
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	(272)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
	Subtotal - 2ª Emissão					Não aplicável	-	-	-	-	52.308
	3ª Emissão	3a.		111% CDI a.a.			4.830	-	200.000	204.830	-
	(-) Custos de transação						-	-	(778)	(778)	-
	Operações com swap						-	-	-	-	-
	Subtotal - 3ª Emissão					Não aplicável	4.830	-	199.222	204.052	-
Total							30.517	441.879	1.457.562	1.929.958	1.731.199

19. DEBÊNTURES E ENCARGOS--Continuação

a) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures prevêem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas informações trimestrais de 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

b) Vencimento das parcelas de longo prazo:

	Consolidado					
	30/06/11			31/12/10		
	Dívida	Custos Transação	Total Líquido	Dívida	Custos Transação	Total Líquido
2011	-	-	-	-	-	-
2012	341.737	(3.314)	338.424	571.412	5.645	577.057
2013	379.892	(5.553)	374.339	355.689	(5.172)	350.517
2014	991.834	(4.812)	987.022	784.911	(4.313)	780.598
2015	792.418	(2.674)	789.743	750.710	(2.022)	748.688
Após 2015	1.567.801	(1.193)	1.566.608	1.034.653	(881)	1.033.772
Total	4.073.682	(17.546)	4.056.136	3.497.375	(6.743)	3.490.632

c) Mutação das debêntures:

	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	609.563	1.121.636	1.731.199
Ingressos	-	560.000	560.000
Encargos	97.864	-	97.864
Variação monetária e cambial	6.055	(613)	5.442
Swap	2.294	3.916	6.210
Efeito cumulativo marcação a mercado	(243)	51	(192)
Transferências	227.609	(227.609)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(471.462)	-	(471.462)
(-) Custos de transação	716	181	897
Saldos em 30 de junho de 2011	472.396	1.457.562	1.929.958

20. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	Consolidado	
	30/06/11	31/12/10
Salários	8.124	10.257
Encargos sociais	9.662	6.982
Provisões Férias e 13° salário	32.373	24.228
Encargos Sobre Provisões de Férias e 13° salário	10.712	6.144
Provisão PLR	15.550	19.960
Outros	1.046	2.282
Total	77.467	69.853

21. TAXAS REGULAMENTARES

		Consolidado	
	Ref.	30/06/11	31/12/10
Reserva Global de Reversão ï RGR		24.295	17.467
Conta de Consumo de Combustível ï CCC		38.479	31.934
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		5.641	4.992
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		3.545	4.496
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		1.195	1.886
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	97.935	88.686
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	84.137	76.507
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica ï TFSEE		1.670	1.500
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH		1.020	-
Encargo do Serviço do Sistema - ESS		9.139	12.482
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		387	597
Total		267.443	240.547
Passivo Circulante		179.001	152.702
Passivo Não Circulante		88.442	87.845

(a) As controladas Coelba, Celpe e Cosern reconheceram os passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º. mês subseqüente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nºs. 300/2008 e 316/2008.

22. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Circulante				
Imposto de Renda - IR	9.701	11.161	49.514	25.628
Contribuição Social - CSLL	44	-	56.462	17.541
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	2	139.372	160.065
Programa de Integração Social - PIS	10.467	10.030	24.272	23.088
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	78.416	75.356	139.549	134.877
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	883	749	8.926	8.716
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	27	21	2.142	2.113
IOF	162	120	162	120
Imposto sobre Serviços - ISS	20	-	4.736	4.686
Outros	23	66	10.442	15.259
	99.743	97.505	435.577	392.093
Não-Circulante				
Imposto de Renda - IR	-	-	6.373	5.033
Contribuição Social - CSLL	-	-	-	1.283
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	-	4.139	4.058
Programa de Integração Social - PIS	-	-	1.054	1.026
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	403	391
	-	-	11.969	11.791
Total	99.743	97.505	447.546	403.884

23. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em reuniões do Conselho de Administração e Ata da Assembléia Geral Ordinária, foram aprovadas as declarações de juros sobre capital próprio e dividendos, referentes ao primeiro semestre de 2011, da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	ON	PNA	PNB
2011					
RCA de 31 de março de 2011	JSCP	136.000	23,2453361	N/A	N/A
AGO de 29 de abril de 2011	Dividendos	414.408	70,8313168	N/A	N/A
RCA de 30 de junho de 2011	JSCP	132.000	22,5616490	N/A	N/A

A formação dos saldos é como segue:

	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2010	100.055
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:	
Declarados	682.408
Propostos	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(23.505)
Pagos no período	(636.405)
Prescritos	-
Saldos em 30 de junho de 2011	122.553

24. PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	Contingências				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	98.396	79.757	9.059	19.562	206.774
Constituição	24.100	23.939	4.281	-	52.320
Baixas/reversao	(20.299)	(22.630)	(718)	(8.640)	(52.287)
Remuneração	6.340	6.737	426	227	13.730
Saldos em 30 de junho de 2011	108.537	87.803	13.048	11.149	220.537

A Administração da Companhia e suas controladas consubstanciadas na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingência Trabalhista	Ref.	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 30/06/11	Valor Provisionado 31/12/10
Ex-empregados da Companhia		40.537	1ª, 2ª e 3ª	Provável	41.164	34.983
		172.423	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		40.296	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras		52.693	1ª, 2ª e 3ª	Provável	52.693	45.036
		146.529	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		60.353	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados		14.681	1ª, 2ª e 3ª	Provável	14.680	18.377
		72.863	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		5.970	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		606.345			108.537	98.396

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

24. PROVISÕES -- Continuação

Cíveis

Referem-se à ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingência Cível	Ref.	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 30/06/11	Valor Provisionado 31/12/10
Clientes ï Tarifas Plano Cruzado		18.351	1ª, 2ª e 3ª	Provável	18.351	20.178
		2.946	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.864	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas		37.606	1ª, 2ª e 3ª	Provável	40.697	34.275
		484.230	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		9.366	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho		9.157	1ª, 2ª e 3ª	Provável	9.157	8.528
		53.085	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.136	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. Energia e produtos		3.869	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.869	3.294
		50.706	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		491	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo		7.019	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.019	7.240
		73.123	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2.976	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		14	1ª, 2ª e 3ª	Provável	14	13
		5.175	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		78	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		4.585	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.381	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa		868	1ª, 2ª e 3ª	Provável	868	-
		3.584	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		35	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário Ações		2.540	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.540	2.311
		1	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Racionamento de Energia Elertrica		14	1ª, 2ª e 3ª	Provável	14	13
		1.876	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		8	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras		5.274	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.274	3.905
		31.105	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		8.920	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		827.383			87.803	79.757

Nas controladas, os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

24. PROVISÕES--Continuação

Cíveis--Continuação

Clientes - Plano Cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

Indenização por Perdas - Referem-se a diversas ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades das Concessionárias. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

Acidente terceiros/trabalho - Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia e suas controladas são ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

Comercialização de Energia, Serviços e Produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais as controladas são ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida com pedido de tutela antecipada, execução de título judicial, declaratória de inexistência de débito.

Outras - Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

Fiscais

Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

24. PROVISÕES--Continuação

Fiscais -- Continuação

Contingência Fiscal	Ref.	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 30/06/11	Valor Provisionado 31/12/10
ICMS		855	1ª, 2ª e 3ª	Provável	855	125
		114.987	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS		2.737	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.391	2.308
		61.216	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.728	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		2.795	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.332	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL		1.978	1ª, 2ª e 3ª	Provável	184	184
		40.942	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		29.151	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
TLF/IPTU		3	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3	3
		2.980	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.531	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
REFIS		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		16.256	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
PIS/COFINS		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		145.424	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.643	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
COFINS		3.839	1ª, 2ª e 3ª	Provável	371	371
		12.985	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		15.796	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ		5.957	1ª, 2ª e 3ª	Provável	490	490
		741.896	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		85.356	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
INSS		8.212	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.212	4.398
		3.278	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		1.577	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		251	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CIDE		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		4.567	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		410	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Taxas Diversas		6.627	Administrativa	Possível	-	-
		4.011	Administrativa	Remota	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE		66.092	Judicial	Possível	-	-
Outras		542	1ª, 2ª e 3ª	Provável	542	1.180
		53.063	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2.483	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		1.447.501			13.048	9.059

24. PROVISÕES--Continuação

Fiscais--Continuação

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

ICMS - Diversas ações movidas pelos municípios do Rio Grande do Norte objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a Cosern antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a controlada, em virtude do não recolhimento do ICMS no período supracitado, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. Entretanto, os valores ainda não são passíveis de estimativa considerando a fase atual dos processos. Na Celpe refere-se a autuação que ensejou a discussão sobre o valor do desconto, mediante o limite da legislação em vigor permitido e, autuação sobre isenções. Na controlada Coelba, refere-se aos Autos de Infração lavrados pela Secretaria Estadual da Fazenda questionando o aproveitamento de créditos do ICMS decorrentes da aquisição de bens utilizados na atividade da Companhia, à luz do que dispõe o Regulamento do ICMS/BA. A Companhia não concorda com a autuação imposta pelo Fisco estadual por entender que a utilização dos referidos créditos está em sintonia com as disposições contidas na Lei Complementar 87/96. Para tanto, a Companhia tem utilizado os meios de defesa necessários para anular o lançamento de ofício. Além do Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação

24. PROVISÕES--Continuação

Fiscais--Continuação

ISS - A controlada Coelba apresentou impugnação aos autos de infração, e constituiu a provisão contábil dos processos em que não existem jurisprudências favoráveis à tese. Os processos que existem jurisprudências favoráveis estão classificadas como possíveis e não houve constituição de provisão. Na controlada Celpe, refere-se a discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros. Na controlada Cosern, refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura de Natal e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviço prestado por terceiros.

CPMF - Na controlada Coelba, refere-se a auto de infração cobrando a CPMF sobre os pagamentos de tributos com vencimentos no período de setembro de 1998 a agosto de 2002, realizados através do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). A controlada procedeu à impugnação do auto de infração, juntando os extratos bancários que comprovam a incidência da CPMF sobre os pagamentos realizados. Entretanto o processo administrativo foi julgado procedente em primeira instância. A controlada impetrou recurso para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, em junho de 2007, e o processo encontra-se pendente de julgamento.

CSLL - Na controlada Coelba, refere-se ao auto de infração do ano calendário 2003, em virtude da exclusão da depreciação dos ativos imobilizados majorados pela correção monetária complementar (IPC/BTNF), adicionada indevidamente em anos anteriores na base de cálculo da CSLL. A controlada Coelba entende ser indevida a sanção realizada pelo Fisco Federal, por isso, apresentou impugnação administrativa.

IPTU - Demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna.

24. PROVISÕES--Continuação

Fiscais--Continuação

REFIS - Referente ao parcelamento alternativo REFIS, na controlada Coelba, com vigência de cinco anos e que teve a última parcela paga em março de 2005. Entretanto, a Receita Federal alega que existe uma diferença entre o valor do débito consolidado e o declarado pela controlada, correspondente às multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL que estavam com a exigibilidade suspensa. A controlada impetrou Ação Anulatória com pedido de Antecipação de Tutela, com objetivo de extinguir o saldo devedor exigido e a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Porém, o pleito foi indeferido pelo juízo de primeiro grau ensejando recurso à instância superior, no qual a controlada obteve a suspensão da exigibilidade do crédito tributário até que haja o julgamento do mérito da ação. Em dezembro de 2009, o juízo do primeiro grau proferiu sentença, acolhendo parcialmente o pedido da controlada. Em decorrência foi interposto o recurso de Apelação para o Tribunal Regional Federal. Concomitantemente, foi proposta e deferida pelo TRF, medida cautelar visando à manutenção da suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

PIS/COFINS - Corresponde a Autos de Infração contra a controlada Coelba, lavrado pela Receita Federal, argüindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Companhia apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9.718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.

COFINS - Refere-se ao processo judicial argüindo pela Cosern a exclusão da multa de mora do parcelamento da COFINS. A decisão do STJ não tem sido favorável à tese da denúncia espontânea em parcelamento de débitos. Na Coelba, refere-se ao Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 questionando o pagamento dos débitos de COFINS, referente aos meses de novembro e dezembro de 1998 e janeiro a fevereiro de 1999. Esses valores foram compensados com crédito de IRRF, pleiteado através do processo 10580.007.291/98-41, porém não foi observado o rito formal de compensação que é a utilização da Declaração de Compensação. Não obstante a controlada protocolou defesa judicial sob o argumento de que a forma não deve prevalecer sobre a essência, ou seja, o mero descumprimento de formalidades acessórias não deve prejudicar créditos fiscais legítimos (princípio da essência sobre a forma). Processo aguardando julgamento do mérito. Na Celpe, os procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, ainda estão em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

24. PROVISÕES--Continuação

Fiscais--Continuação

IRPJ - Refere-se a autos de infração contra a Celpe, nos quais se discute lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais. O incremento ocorrido no trimestre refere-se à constituição de provisão relativa a não incidência de IRPJ e CSLL sobre os juros e multa de mora para o qual obtivemos decisão liminar nos autos do Mandado de Segurança n.º 0000050-30.2010.4.05.8300. Na controlada Coelba, refere-se a auto de infração do ano-calendário 2003, motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002.

INSS - Autos de infração em relação às contribuições sociais não recolhidas pelos prestadores de serviços. Na controlada Coelba, referem-se a notificações Fiscais de Lançamento de Débito - NFLD lavradas pelo INSS, referentes aos exercícios de 1998 e 1999, sob a alegação de que a controlada não apresentou os comprovantes de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que lhes prestou serviços. A controlada apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito só pode ocorrer após a constatação de descumprimento da obrigação pelo devedor principal, mas, como em alguns processos não possui em arquivo a documentação comprobatória exigida pelo INSS, conservadoramente, realizou a provisão dos respectivos valores. Em relação aos processos que a controlada possui a documentação suporte exigida pelo FISCO, não houve constituição de provisão.

ITD - Imposto sobre Transmissão ñCausa Mortisò e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Companhia protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária a incidência do referido imposto sobre essas operações.

CIDE - Auto de infração pela falta de recolhimento. Na controlada Coelba, refere-se ao auto de infração lavrados pela Receita Federal argüindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE, A Companhia apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

24. PROVISÕES--Continuação

Fiscais--Continuação

Taxas diversas - Refere-se a notificações fiscais envolvendo taxa de licença para ocupação de áreas em vias e logradouros públicos e processos judiciais contra a cobrança da taxa de iluminação pública.

Incentivo Fiscal Sudene - Mandado de segurança impetrado pela controlada Coelba contra solução de consulta emitida pela Receita Federal, que contraria o procedimento adotado para apurar o incentivo fiscal SUDENE, o qual consiste na exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração. A divergência abarca os fatos geradores de 2003 a agosto de 2010. Em virtude do risco de ocorrer o lançamento de ofício, a Companhia resolveu efetuar o depósito judicial do montante integral do tributo objeto da divergência e dessa forma, garantir a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Atualmente o processo está sob análise do Tribunal Regional Federal - 1ª Região.

Outras - Diversos processos fiscais tais como, questionamento de consumidor contra a cobrança de tributos em conta de energia, honorários advocatícios de processos fiscais, etc. Inclui ainda procedimento resultante de autuação fiscal contra a Celpe, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais e na controlada Cosern referem-se a demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

Ambiental

Contingência Ambiental	Ref.	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 30/06/11	Valor Provisionado 31/12/10
		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	11.149	19.562
Licença Ambiental		-	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		-			11.149	19.562

A Controlada Itapebi firmou, em 21 de novembro de 2002, acordo com o autor da ação popular, impetrada em setembro de 2002, e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, visando definir a compensação adicional de impactos sócio-ambientais decorrentes da implantação do empreendimento denominado Usina Hidrelétrica de Itapebi. As deliberações contidas no acordo compreendem, dentre outras: elaboração de estudos, regularização fundiária das unidades, elaboração de plano de manejo e proteção. Esse acordo foi valorizado em R$ 8.042 e provisionado no balanço de 31 de dezembro de 2002.

24. PROVISÕES--Continuação

Ambiental--Continuação

Como condicionante da licença de operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, a controlada ITAPEBI desenvolveu novos projetos definindo medidas ambientais compensatórias da exploração do potencial hidrelétrico relacionadas à aquisição de terras, assessoria ambiental, assessoria jurídica, administração do meio ambiente, incluindo consolidação, monitoramento e proteção ambiental. O custo orçado destes projetos foi estimado em R$ 12.868 e encontra-se registrado contabilmente.

25. OUTRAS CONTAS A PAGAR

		Consolidado	
	Ref	30/06/11	31/12/10
Consumidores	(1)	53.689	50.889
Empregados - Adiantamento Acordo Coletivo		67	4
Plano de Saúde (Fundo de Reserva)	(2)	9.353	11.580
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		4.753	9.750
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		293	304
Suprimento de Energia		-	-
Convênios		1.853	1.762
Caução em Garantia	(3)	55.891	61.964
FGTS Conta Empresa		336	336
Encargos CBEE		2.264	2.553
Taxa Iluminação Pública - TIP		8.753	8.410
Adiantamentos recebidos		46.086	31.819
		-	-
Entidade de Previdencia Privada		-	22.253
		-	-
Uso do bem público		13.611	5.406
Outras		55.392	49.940
Total		**252.341**	**256.970**
Circulante		213.768	228.285
Passivo Não Circulante		38.573	28.685

(1) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

25. OUTRAS CONTAS A PAGAR -- Continuação

(2) Fundo de Reserva constituído por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Bradesco da controlada Coelba, por parte da controlada e participantes (empregados ativos, empregados da FAELBA e assistidos - empregados inativos, aposentados e pensionistas), para atender as despesas futuras com a assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação de 100% do CDI.

(3) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas clausulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(4) Taxa Iluminação Pública - TIP - Corresponde a valores arrecadados a serem repassados as Prefeituras.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, subscrito e integralizado é de R$ 4.739.025.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

	Lote de mil ações	
	Ações Ordinárias	
Acionistas	Única	%
Iberdrola Energia S A	2.281.748	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.301.396	22,24%
BB - Banco de Investimentos S A	701.327	11,99%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.566.165	26,77%
Total	5.850.636	100,00%

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- Continuação

Capital social -- Continuação

	R$ Mil	
	Ações Ordinárias	
Acionistas	Única	%
Iberdrola Energia S A	1.848.220	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.054.133	22,24%
BB - Banco de Investimentos S A	568.076	11,99%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.268.596	26,77%
Total	4.739.025	100,00%

Reserva de lucro

Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do trimestre, e posteriormente será transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

Por conta disso, as controladas Coelba, Cosern, Celpe, Itapebi e Termopernambuco formalizaram pleito à SUDENE e obtiveram o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais, conforme a seguir:

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- Continuação

Reserva de lucro -- Continuação

Reserva de incentivo fiscal -- Continuação

Empresa	Laudo constitutivo nº	Redução
COELBA	0144/2005	75%
COELBA	0039/2002	25%
CELPE	0157/2010	75%
CELPE	0039/2002	25%
COSERN	0183/2010	75%
COSERN	0038/2002	25%
ITAPEBI	0307/2003	75%
TERMOPE	0118/2005	75%
TERMOPE	0119/2005	75%

A COELBA, CELPE, COSERN, TERMOPERNAMBUCO e ITAPEBI apuraram, respectivamente no trimestre findo em 30 de junho de 2011, os valores de R$ 40.690, R$ 20.332, R$ 6.505, R$ 9.465 e R$ 3.627 (R$ 166.364, R$ 65.521, R$ 41.656, R$ 9.816 e R$ 27.632 em 31 de dezembro de 2010 respectivamente) de incentivo fiscal SUDENE, calculados com base no Lucro da Exploração. Conforme descrito na nota 4, em atendimento aos requerimentos da Lei nº 11.638/07 o efeito do benefício fiscal passou a ser contabilizado no resultado do exercício das controladas. As controladas excluem esse efeito para fins e cálculo dos dividendos, conforme permitido para Lei nº 11.638/07.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO --Continuação

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A Lei das S.A. permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

Em 30 de junho de 2011, a Neoenegia S.A. mantém em seu patrimônio líquido Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R$ 5.230.982 (R$ 5.230.982 em 31 de dezembro de 2010) a qual foi constituída de acordo com o artigo nº 196 da Lei das S.A, visando a realização de investimentos futuros.

Conforme determina o artigo nº 199 da Lei das S.A. a Companhia irá encaminhar para deliberação de Assembléia de acionista a destinação do excedente da reserva de retenção de lucros sobre o capital social, ultrapassado no último exercício social.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (IAS1), inclui os ganhos e perdas decorrentes da mensuração a valor justo do ativo indenizável (concessão) líquida dos efeitos tributários.

27. RECEITA BRUTA

		Consolidado	
	Ref.	30/06/2011	30/06/2010
Fornecimento de Energia	**(a)**	**2.296.667**	**2.945.145**
Receita de operação e manutenção		2.263.551	2.835.807
Remuneração financeira wacc		33.116	109.338
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	54.660	493
Disponibilização do Sistema de Transmissão	**(c)**	**3.482.040**	**3.157.727**
Receita de operação e manutenção		3.466.558	3.038.296
Remuneração financeira wacc		15.482	119.431
Receita de Construção		602.867	453.314
Outras Receitas	(d)	77.154	69.178
Total		6.513.388	6.625.857

27. RECEITA BRUTA--Continuação

(a) Fornecimento de energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Consolidado					
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R$ mil	
	30/06/11	30/06/10	30/06/11	30/06/10	30/06/11	30/06/10
Consumidores:						
Residencial	8.065.750	7.719.436	5.450.046	3.377.584	2.133.499	2.058.786
Industrial	39.571	40.142	3.051.079	1.993.078	907.916	876.614
Comercial	584.635	570.553	2.893.481	1.823.912	1.283.719	1.229.107
Rural	435.343	436.502	881.774	1.698.826	193.068	188.482
Poder Público	80.105	77.449	701.796	689.957	289.369	280.891
Iluminação Pública	26.345	25.690	657.331	627.835	140.240	133.355
Serviço Público	12.665	11.065	792.611	781.081	201.818	200.306
Consumo Próprio	668	660	16.300	15.998	-	-
Suprimento	164	183	4.308.143	5.793.834	257.622	734.274
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	18.571	14.292
Transferência para atividade de distribuição	-	-	-	-	(3.339.609)	(3.020.432)
Subtotal	9.245.246	8.881.680	18.752.561	16.802.105	2.086.213	2.695.675
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	210.454	249.470
Total	9.245.246	8.881.680	18.752.561	16.802.105	2.296.667	2.945.145

(*) Informações não auditadas.

(b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

27. RECEITA BRUTA--Continuação

(c) Disponibilização do Sistema de Distribuição

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ï TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

		Consolidado	
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	Ref.	30/06/11	30/06/10
Tarifa de Uso do Sistema Elétrico de Distribuição		7.493	-
Receita de Uso da Rede Básica / Sistema de Conexão		134.938	137.293
Parcela de Ajuste - Revisão Tarifária da Transmissão		-	2
Transfer. Atividade de Comercialização (Consumidores Cativos)	(a)	3.339.609	3.020.432
Total		3.482.040	3.157.727

(a) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma ñtusd médiaòcalculada a partir da tusd homologada para consumidores cativos.

(d) Outras receitas

	Consolidado	
	30/06/11	30/06/10
Renda da prestação de serviços	11.578	14.444
Arrendamentos e Aluguéis	22.892	18.833
Serviço taxado	5.169	4.116
Taxa de iluminação pública	5.436	2.277
Administração de faturas de fraudes	3.092	5.388
Outras receitas	28.987	24.120
Saldos em 30 de junho de 2011	77.154	69.178

28. DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

	Controladora		Consolidado	
Deduções da Receita Bruta	30/06/11	30/06/10	30/06/11	30/06/10
Impostos:				
ICMS	-	-	(1.131.613)	(1.084.876)
PIS	-	(9)	(100.969)	(97.870)
COFINS	-	(44)	(465.362)	(450.634)
ISS	-	-	(3.645)	(2.743)
Encargos Setoriais:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	-	(47.981)	(44.281)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(34.002)	(29.687)
Subvenção ï conta consumo de combustível ï CCC	-	-	(187.927)	(142.405)
Programa de Eficientização Energética - PEE	-	-	(16.829)	(29.056)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	(6.721)	(7.134)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	-	-	(3.360)	(3.565)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	(12.241)	(19.292)
Encargos do Consumidor - PROINFA	-	-	(2.941)	(2.893)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	-	-	(10.081)	(8.661)
Outros	-	-	-	(277)
Total	-	(53)	(2.023.672)	(1.923.374)

29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

		Consolidado				
		30/06/11				30/06/10
Custos / Despesas	Ref.	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas com vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal		(91.547)	(51.911)	(79.358)	(222.816)	(202.240)
Administradores		-	-	(7.123)	(7.123)	(8.273)
Entidade de previdência privada		(4.419)	(1.729)	(4.679)	(10.827)	(12.648)
Material		(15.972)	(972)	(1.318)	(18.262)	(13.356)
Combustível para produção de energia		(74.846)	-	-	(74.846)	(59.818)
Serviços de terceiros		(95.902)	(93.537)	(70.182)	(259.621)	(267.137)
Taxa de fiscalização serviço energia elétricaï TFSEE		(7.863)	(2.120)	-	(9.983)	(8.954)
Outorga da concessão pela utilização do bem público		(324)	-	-	(324)	(1.254)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH		(4.675)	-	-	(4.675)	(3.682)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.487.694)	-	-	(1.487.694)	(1.750.855)
Encargos de uso do sistema transmissão		(248.149)	-	-	(248.149)	(284.233)
Depreciação e amortização		(208.411)	(33.495)	(25.555)	(267.461)	(220.173)
Arrendamentos e alugueis		(2.095)	(457)	(3.044)	(5.596)	(4.781)
Tributos		(926)	(2.073)	(1.940)	(4.939)	(5.632)
Provisões Líquidas - PCLD		(18.404)	(32.100)	-	(50.504)	(40.804)
Provisões Líquidas - Contingências		(10.690)	10.690	(10.030)	(10.030)	(5.796)
Provisões atuariais		-	-	(2)	(2)	1.615
Custo de construção		(602.869)	-	-	(602.869)	(452.552)
Alienação / Desativação de bens e direitos		-	-	(1.733)	(1.733)	-
Outros		(7.345)	(5.861)	(30.375)	(43.581)	(34.589)
Total custos / despesas		(2.882.131)	(213.565)	(235.339)	(3.331.035)	(3.375.162)

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado	
Receita Financeira	30/06/11	30/06/10
Renda de aplicações financeiras	221.353	154.791
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	70.599	57.565
Variação monetária	60.795	24.237
Variação cambial	26.978	27.726
Operações Swap	15.203	45.523
Outras receitas financeiras	16.677	33.208
Total	411.605	343.050

	Consolidado	
Despesa Financeira	30/06/11	30/06/10
Encargos de dívida	(218.722)	(162.657)
Variação monetária	(81.807)	(51.802)
Variação cambial	(3.428)	(37.359)
Operações Swap	(59.365)	(53.597)
Outras despesas financeiras	(85.764)	(77.055)
Total	(449.086)	(382.470)

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS ï Continuação

			Controladora					
			30/06/11			31/12/10		30/06/10
Empresas	Ref.	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(1)	AFAC	2.402	-	-	1.694	-	-
		Dividendos e JSCP	238.815	-	-	23.570	-	-
		Outros	-	89	-	11	-	-
		Total Coelba	241.217	89	-	25.275	-	-
CELPE		AFAC	-					
CELPE		Dividendos e JSCP	20.102	-	-	18.992	-	-
		Total Celpe	20.102	-	-	18.992	-	-
COSERN		AFAC						
COSERN		Dividendos e JSCP	9.176	-	-	7.409	-	-
		Total Cosern	9.176	-	-	7.409	-	-
TERMOPERNAMBUCO		AFAC						
		Dividendos e JSCP	6.073	-	-	5.636	-	-
		Outros	-	-	-	2	-	-
		Total Termopernambuco	6.073	-	-	5.638	-	-
ITAPEBI		AFAC						
		Dividendos e JSCP	31.023	-	-	9.246	-	-
		Outros	-	-	-	2	-	-
		Total Itapebi	31.023	-	-	9.248	-	-
GERAÇÃO CIII	(1)	AFAC	-	-	-	4.770	-	-
		Contrato de Mutuo	-	-	-	13.778	-	-
		Dividendos e JSCP	3.226	-	-	2.339	-	-
		Outros	-	-	-	13	-	-
		Total Geração CIII	3.226	-	-	20.901	-	-
NC ENERGIA		AFAC						
		Dividendos e JSCP	10.659	-	-	10.239	-	-
		Outros	-	-	-	4	-	-
		Total NC Energia	10.659	-	-	10.243	-	-
NEOENERGIA SERVIÇOS	(1)	AFAC	-	-	-	1.587	-	-
		Dividendos e JSCP	39	-	-	23	-	-
		Total Neoenergia Seviços	39	-	-	1.610	-	-
GARTER	(1)	AFAC	-	-	-	2	-	-
		Total Garter	2	-	-	2	-	-
BAGUARI I		AFAC	-					
		Dividendos e JSCP	7.065	-	-	1.370	-	-
		Outros	-	-	-	6	-	-
		Total Baguari	7.065	-	-	1.376	-	-
BAHIA PCH I	(1)	AFAC	-	-	-	41.893	-	-
		Contrato de Mutuo	19.659	-	-	16.778	-	-
		Dividendos e JSCP	9.511	-	-	2.951	-	-
		Outros	-	-	-	1	-	-
		Total Bahia PCH I	29.170	-	-	61.623	-	-
BAHIA PCH II	(1)	AFAC	-	-	-	878	-	-
		Outros	-	-	-	8	-	-
		Total Bahia PCH II	9	-	-	886	-	-
BAHIA PCH III		AFAC	-	-	-		-	-
		Outros	-	-	-	2	-	-
		Total Bahia PCH III	-	-	-	2	-	-
RIO PCH I		AFAC	-					
		Dividendos e JSCP	407	-	-	102	-	-
		Outros	-	-	-	10	-	-
		Total Rio PCH I	407	-	-	112	-	-
NEOENERGIA INVESTIMENTOS		AFAC	-			-		
		Outros	-	-	-	96	-	-
		Total Neoinvest	-	-	-	96	-	-
GOIAS SUL	(1)	AFAC	-	-	-	73.618	-	-
		Outros	-	-	-	5	-	-
		Total Goiás Sul	-	-	-	73.622	-	-
GERAÇÃO CÉU AZUL	(1)	AFAC	-	-	-	3.825	-	-
		Contrato de Mutuo	239	-	-	-	-	-
		Outros	-	-	-	139	-	-
		Total Geração Ceu Azul	239	-	-	3.964	-	-
SE NARANDIBA		AFAC	-					
		Contrato de Mutuo	8.861	-	-	-	-	-
		Outros	-	-	-	2	-	-
		Total SE Narandiba	8.861	-	-	2	-	-
PCH ALTO DO RIO GRANDE		AFAC	-					
		Outros	-	-	-	2	-	-
		Total Alto do Rio Grande	-	-	-	2	-	-
AFLUENTE GERAÇÃO		AFAC	-					
		Contrato de Mutuo	5					
		Dividendos e JSCP	5.221	-	-	2.023	-	-
		Outros	-	-	-	5	-	-
		Total Afluente Geração	5.226	-	-	2.028	-	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO		AFAC	-					
		Dividendos e JSCP	62	-	-	4.032	-	-
		Total Afluente Transmissão	62	-	-	4.032	-	-
BOLZANO PARTICIPAÇÕES		AFAC	-					
		Contrato de Mutuo	584					
		Dividendos e JSCP	1.374	-	-	1.374	-	-
		Outros	-	-	-	584	-	-
		Total Belo Monte Part.	1.958	-	-	1.957	-	-

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADASð Continuação

			Consolidado					
			30/06/11			31/12/10		30/06/10
Empresas	Ref	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Iberdrola Energia S.A	(3)	Dividendos e JSCP	-	43.758	-		36.797	
		Seviços Prestados	-	-	-		-	(19.175)
		Total Iberdrola Energia S.A.	-	43.758	-	-	36.797	(19.175)
521 Participações S.A.		Dividendos e JSCP	-	-			16.913	
		Outras	-	-			135	
		Total 521 Participações	-	-	-	-	17.048	-
Previ - Caixa de Previdência dos		Dividendos e JSCP	-	64.697			24.690	
		Total Previ / Banco do Brasil	-	64.697	-	-	24.690	-
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.	(4)	Dividendos e JSCP	-	13.450			8.311	
		Total Iberdrola Energia do Brasil	-	13.450	-	-	8.311	-
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart.		Dividendos e JSCP	-	-			7.200	(27.523)
		Total BB Ações Price	-	-	-	-	7.200	(27.523)
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart.		Dividendos e JSCP		-			6.144	(23.486)
		Total 521 Participações	-	-	-	-	6.144	(23.486)
Amara Brasil	(2)	Seviços Prestados		-	-		135	(2.920)
		Outras						65
		Total Previ / Banco do Brasil	-	-	-	-	135	(2.855)
Iberdrola Generation		Seviços Prestados	-	-	-	-	-	(16.242)
		Total Iberdrola Generacion	-	-	-	-	-	(16.242)
Faelba		Constituição Patronal	-	-	-	-	-	(665)
		Total Faelba	-	-	-	-	-	(665)
Celpos		Contrato de Mútuo		-	-		138.705	(8.423)
		Outras	-	-	-	-	155.095	(4.072)
		Total Celpos	-	-	-	-	293.800	(12.495)

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS -- Continuação

(1) Referem-se aos adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela Neoenergia.

(2) Refere-se à administração e logística de almoxarifado prestado pela Amara às controladas do grupo Neoenergia, corrigido anualmente pela IPCA, com diversos contratos com vigência até 2011.

(3) Refere-se ao acordo de serviços de operação e manutenção ï ñO&Mò da controlada Termopernambuco, com ajuste anual com base na variação do IGP-M.

(4) Refere-se ao contrato de benefício da controlada Celpe com a Celpos, com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

A Administração da Companhia entende que todas as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

A remuneração total dos administradores para o semestre findo em 30 de junho de 2011 é R$ 2.682 (R$ 2.615 em 30 de junho de 2010) na controladora e no consolidado no montante de R$ 5.604 (R$ 5.886 em 30 de junho de 2010), o qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais:

Em 30 de junho de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como mantido para negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.

- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

  O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) é considerado como item objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e está contabilizado pelo seu valor de mercado. O valor justo é calculado projetando os fluxos futuros da operação (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva do seu swap.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS--Continuação

- Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

- Debêntures em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

- Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial - coerente com a política financeira do Grupo Neoenergia e da Companhia, são considerados como itens objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

- Instrumentos financeiros derivativos

  - Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais ï têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo.

  - Operação com derivativo para troca de taxa de juros ï consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS--Continuação

Dessa forma, são considerados como instrumentos de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são como segue:

	Ativos (Passivos)			
	30/06/11		31/12/10	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	3.648.759	3.648.759	3.391.601	3.391.601
Títulos e valores mobiliários	373.458	373.458	379.320	379.320
Contas a receber de clientes e outros	3.038.256	3.038.256	2.999.936	2.999.936
Fundos Vinculados	95.988	95.988	97.470	97.470
Passivo				
Fornecedores	(698.667)	(698.667)	(772.042)	(772.043)
Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	(336.689)	(336.689)	(327.849)	(327.849)
Demais Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(3.964.105)	(3.964.105)	(3.417.792)	(3.417.792)
Debêntures em moeda nacional	(1.874.076)	(1.869.655)	(1.662.066)	(1.657.908)
Empréstimos, financ. e debêntures em moeda estrangeira	(260.498)	(260.498)	(263.097)	(263.097)
Instrumentos financeiros derivativos	(103.620)	(103.620)	(96.351)	(96.351)

A Companhia e suas controladas possuem instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando swap dólar para CDI, swap Euro para CDI e IGP-M e troca de taxa de juros utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- Foram contratadas operações de "hedge" para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

- Foi contratada operação de "hedge" para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da do Grupo Neoenergia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS--Continuação

As operações de ñhedgeò são contratadas para a totalidade do endividamento em moeda estrangeira, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

Consoante facultado pela Deliberação CVM 604, que aprovou os pronunciamentos técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia contabilizou os instrumentos derivativos de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting). Por essa metodologia, os impactos na variação do valor justo dos derivativos utilizados como instrumento de hedge são reconhecidos no resultado de acordo com o reconhecimento do item que é objeto de hedge. Os hedges da Companhia foram avaliados como efetivos.

Os derivativos (instrumentos de hedge), e as dívidas em moeda estrangeira e o empréstimo Banco do Brasil (NCC), respectivos itens objeto de hedge, foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a hedge e do item objeto de hedge foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de risco:

- Riscos financeiros

- Risco de variação cambial

  Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexadas a variação cambial captadas no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2010, operações de ñhedgeò cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

  - ✓ Coelba

  No trimestre findo em 30 de junho de 2011 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de ñhedgeò cambial no montante de R$ 13.787 (R$ 131 resultado positivo em 30 de junho de 2010).

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROSð Continuação

Fatores de risco:--Continuação

✓ Celpe

No trimestre findo em 30 de junho de 2011 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de ñhedgeò cambial no montante de R$ 33.142 (R$ 997 resultado negativo em 30 de junho de 2010).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio do US$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia (devido às variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e no patrimônio líquido da Companhia.

		Efeitos	
	Variação na taxa do US$	No resultado	No patrimônio líquido
2011	9,90%	7	7
2010	-0,06%	-	-

3 Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas pré-fixadas, contratou derivativo utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras constantes no lucro da Companhia.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS--Continuação

Fatores de risco:--Continuação

	Aumento/redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
2011			
Ativos Financeiros			
CDI	-0,52%	(9.018)	(9.018)
Passivos Financeiros			
CDI	-0,52%	11.821	11.821
TJLP	0,00%	-	-
IGPM	-3,64%	(376)	(376)
2010			
Ativos Financeiros			
CDI	-0,99%	(29.351)	(30.781)
Passivos Financeiros			
CDI	-0,99%	9.112	10.542
TJLP	0,00%	(1.065)	2.907
IGPM	-4,10%	22.652	13.592

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS--Continuação

Fatores de risco:--Continuação

As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

- Riscos operacionais

- Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

- Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (ñcovenantsò financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida.

- Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como conseqüência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS--Continuação

Fatores de risco:--Continuação

No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico ï ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

3 Gestão do capital social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

A política financeira do Grupo tem como objetivo estar no primeiro quartil de empresas privadas no setor elétrico brasileiro com maior rating, através da manutenção dos seguintes indicadores:

Indicador	Definição	Limites
Dívida Líquida/ EBITDA	Reflete a capacidade de pagamento da dívida através da geração operacional de caixa da empresa medida pelo EBITDA no período de 1 ano	< 2,0 segmento de distribuição
Dívida de Curto Prazo / Dívida Total	Reflete a proporção da dívida que está concentrada no período no curto prazo (1 ano).	< 20% segmento de distribuição
EBITDA/ Despesa financeira líquida	Reflete a capacidade de pagamento do serviço da dívida da companhia.	> 3,5 segmento de distribuição

33- INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais da Companhia são internamente organizados principalmente como entidade jurídica. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Geração, transmissão, Comercialização e Administração central e outros.

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca-lhes recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

	Distribuição		Geração		Transmissão		Comercialização		Administração Central e outros		Eliminações e Ajustes		Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
RECEITA LÍQUIDA	4.277.747	4.000.283	604.356	481.138	15.444	30.961	209.164	183.692	9.840	6.409	(626.835)	-	4.489.716	4.702.483
CUSTO DO SERVIÇO	(2.956.120)	(2.595.508)	(337.147)	(229.459)	(5.690)	(10.921)	(204.806)	(150.890)	(13.843)	(3.075)	628.057	-	(2.889.549)	(2.989.852)
LUCRO BRUTO	**1.321.627**	**1.404.775**	**267.209**	**251.679**	**9.754**	**20.040**	**4.358**	**32.802**	**(4.003)**	**3.334**	**1.222**	**-**	**1.600.167**	**1.712.631**
Despesas com vendas	(213.565)	(163.929)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	(213.565)	(163.921)
Despesas gerais e administrativas	(192.161)	(183.263)	(31.833)	(22.150)	(270)	(2.846)	-	(4.524)	(3.658)	(8.606)	-	-	(227.922)	(221.390)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	1.734	-	-	-	939	1.319	708.230	878.939	(710.655)	(880.259)	248	(0)
(-) Provisão para desvalorização do Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-
Amortização do Ágio	-	-	(292)	-	-	-	-	-	(49.703)	(50.964)	-		(49.995)	(50.964)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	**915.901**	**1.057.583**	**236.818**	**229.530**	**9.484**	**17.194**	**5.297**	**29.598**	**650.866**	**822.704**	**(709.433)**	**(880.251)**	**1.108.933**	**1.276.356**
Receita financeira	219.861	221.566	25.754	18.857	2.031	1.896	1.608	3.203	162.606	97.527	(255)	-	411.605	343.050
Despesa financeira	(358.156)	(288.101)	(78.182)	(67.439)	(532)	(643)	(1.234)	(2.398)	(16.760)	(27.174)	5.779	3.286	(449.085)	(382.470)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE LUCRO	**777.606**	**991.048**	**184.390**	**180.947**	**10.983**	**18.447**	**5.671**	**30.402**	**796.712**	**893.057**	**(703.909)**	**(876.965)**	**1.071.453**	**1.236.936**
Imposto de renda e contribuição social	(121.401)	(162.319)	(32.109)	(34.081)	(1.208)	(2.016)	1.946	(9.725)	86	(2.793)	-	-	(152.686)	(210.934)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	**656.205**	**828.729**	**152.281**	**146.866**	**9.775**	**16.431**	**7.617**	**20.677**	**796.798**	**890.264**	**(703.909)**	**(876.965)**	**918.767**	**1.026.002**
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	(123.100)	(137.088)	(123.100)	(137.085)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR SEGMENTO	**656.205**	**828.729**	**152.281**	**146.866**	**9.775**	**16.431**	**7.617**	**20.677**	**796.798**	**890.267**	**(827.009)**	**(1.014.053)**	**795.667**	**888.917**